

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

OPERAÇÃO DA ECONOMIA EM MOMENTO DE CRISE POLÍTICA
ENVOLVENDO A PRESIDÊNCIA DA REPUBLICA. ANÁLISE DO GOVERNO
COLLOR E GOVERNO LULA.

Márcia de Lima Coutinho Shor
Nº de matrícula 0116599-7

Orientador: Luiz Roberto Cunha

Novembro de 2005

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

OPERAÇÃO DA ECONOMIA EM MOMENTO DE CRISE POLÍTICA
ENVOLVENDO A PRESIDÊNCIA DA REPUBLICA. ANALISE DO GOVERNO
COLLOR E GOVERNO LULA.

Márcia de Lima Coutinho Shor

Nº de matrícula 0116599-7

Orientador: Luiz Roberto Cunha

Novembro de 2005

“Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri para realizá-lo, a nenhuma fonte de ajuda externa, exceto quando autorizada pelo professor tutor.”

“As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade única e exclusiva do autor”

Agradecimentos

Ao Prof. Luiz Roberto Cunha pelos comentários construtivos, pelo material de seu acervo pessoal, pelo enriquecimento político e econômico que este tema de monografia trouxe para minha formação como economista.

Aos mestres que tiveram o imenso prazer em compartilhar seus conhecimentos e nos fazer mais do que excelentes economistas, mais também profissionais com visão crítica e com capacidade de analisarmos a economia de uma maneira inteligente e inovadora.

Ao Departamento de Economia da PUC Rio e a todos os funcionários que nos ajudaram em nossa graduação direta ou indiretamente.

A meus pais por toda a dedicação em minha formação educacional e como cidadã responsável e consciente do papel que temos na sociedade. Por me fazerem conhecer o mundo maravilhoso dos livros. Pelo amor de cada dia, pelas conquistas que vencemos juntos. Por este diploma que representa muito pra mim. Obrigada!

Aos meus amigos que compartilharam comigo não só o andamento da minha monografia, mas que puderam acompanhar o meu crescimento pessoal e profissional.

A mídia, extremamente importante no meu trabalho, e principalmente aqueles que se comprometem com a verdade. Agradeço a quem faz notícia como uma forma de protesto, tão necessária em momentos onde nos confrontamos com tanta impunidade. Agradeço a todo o meio de comunicação engajado com as causas sociais, políticas e econômicas.

A todos empenhados em fazer do Brasil um país mais justo.

Sumário

1. Lista de Abreviaturas -----	7
2. Introdução-----	8
3. Breve introdução ao governo Collor -----	10
3.1) As Eleições -----	10
3.2) Cenário Externo -----	12
3.3) Principais medidas econômicas -----	12
3.3.1) Plano Collor I -----	12
3.3.2) Plano Collor II -----	15
4. Mudanças na Equipe do Governo, Ampliando as Bases de Apoio -----	16
4.1) Transição Zélia – Marcílio Marques -----	16
4.2) O Novo Ministério e Principais Medidas -----	17
4.3) Início da Crise Política -----	18
4.3.1) Primeiras denúncias de corrupção -----	18
4.4) Reforma Ministerial -----	19
4.5) Novo Ano Novas Denúncias -----	20
5. Do Otimismo ao Agravamento da Crise Política -----	23
5.1) Conjunto Institucional e Conjunto Econômico Interna no Ano 1992 -----	23
5.2) Acordo com o FMI e com o Clube de Paris -----	24
5.3) Abertura do Processo de Impeachment -----	25
5.4) Avaliação Econômica da Crise Política -----	26
5.5) Transição de Marcílio Marques para Gustavo Krause -----	29
5.6) Fim do Governo Collor -----	30
6. A crise política no Governo Lula -----	30
6.1) Um breve apanhado sobre o Plano Real -----	30
6.2) Cronologia da Crise -----	31
6.3) CIPs -----	45
6.3.1) CPI dos Bingos -----	45

6.3.2) CPI dos Correios -----	46
6.3.3) CPI do Mensalão -----	47
6.4) Como a Crise Política Afeta a Economia no Curto e no Longo Prazo -----	47
6.5) Papel do Banco Central -----	49
6.5.1) Na Política Econômica -----	49
6.5.2) Nas CPIs -----	49
6.6) O Mundo e Momento Político Nacional -----	50
6.7) Pontos Fortes da Economia Minimizam os Efeitos da Crise -----	52
7. Conclusão -----	53
7.1) Paralelo: Governo Collor e Governo Lula -----	55
7.2) Considerações Finais -----	56
8. Anexo -----	58
9. Bibliografia -----	63

1.Lista de Abreviaturas e Siglas

BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social
BC	Banco Central
CAE	Comissão de Assuntos Econômicos do Senado
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
FED	Federal Reserve (Banco Central Americano)
FMI	Fundo Monetário Internacional
MPs	Medidas Provisórias
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PC do B	Partido Comunista do Brasil
Petrobras	Petróleo Brasileiro S. A.
PF	Polícia Federal
PFL	Partido da Frente Liberal
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PRN	Partido da reconstrução Nacional
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
STF	Superior Tribunal Federal
TCU	Tribunal de Contas da União
USIMINAS	Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S. A.

2. Introdução

Tendo em vista o momento de crise política atual venho rediscutir a evolução de políticas econômicas em cenários de stress utilizando para isso base de dados macroeconômicos que levam os agentes internos e externos a traçarem perspectivas quanto ao rumo econômico no Brasil.

Será estudado o Governo Collor durante o período em que o congresso discutia o impeachment do então Presidente. O segundo momento a ser analisado é o atual Governo, o mandato de Lula surpreendendo a todos aqueles que confiaram no presidente como uma opção não corrupta pelo discurso do Partido dos Trabalhadores ao longo da sua história, e vivendo uma conjuntura econômica completamente diferente, seguindo os rumos da política econômica desempenhada por seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso. Lula pode encontrar um cenário muito mais favorável e estável, o Plano Real com o regime de metas de inflação, com políticas econômicas responsáveis, talvez muito ortodoxas para um governo de discurso oposto ao neoliberalismo, mas responsável e que de certa forma age de forma positiva minimizando os efeitos da política na economia.

Esta pesquisa tende a olhar para os dois governos identificando o momento econômico de cada um, a crise política, a economia mundial, seus principais atores e as conseqüências que estes fatos conjuntamente trazem para a economia, para a visão do investidor externo, para o investidor interno e para os rumos da política do país.

Como o governo Lula ainda está em curso e as CPIs ainda não acabaram as investigações não será possível cobrir todos os efeitos dessa crise. Estarei dando importância aos principais fatos ocorridos. Estarei finalizando o estudo no governo Lula, no dia 16 de novembro, marcado pelo encerramento da CPI do Mensalão.

Do ponto de vista das fontes, a pesquisa operou em duas frentes principais: análise de um conjunto de livros, citados na bibliografia, artigos e textos que dizem a respeito do tema e a leitura de matérias de jornais e revistas, sendo esta a principal fonte de informação para o período corrente.

Espero que ao final desta pesquisa esta monografia seja mais do que um simples ensaio sobre os problemas políticos e econômicos que se passam no país em períodos marcados pela corrupção, mas indo além e trazendo uma visão crítica e que possa contribuir para a sociedade. Como brasileira e como economista, espero poder mostrar os maus que a corrupção traz a economia mesmo em períodos de estabilidade a corrupção sempre representará perdas para a sociedade.

3. Breve Introdução ao Governo Collor

3.1. As Eleições

O ano de 1989 representou um marco na história política brasileira, acontecia a retomada dos direitos de eleger o Presidente da República pelo voto direto. O último presidente a ser eleito por eleições diretas foi o Presidente Jânio da Silva Quadros e após o longo período de ditadura militar o clima no país era de euforia e ansiedade quanto ao próximo presidente, pela importância política que significava o momento e pela necessidade de se fazer políticas econômicas que trouxessem resultados. Havia uma grande expectativa quanto ao caminho que seria traçado pelo país após esta eleição.

Devemos ressaltar que as opções para a presidência não eram claras para a população se destacando apenas aqueles que lideravam as pesquisas previamente contratadas. Nomes de peso político figuravam entre os pretendentes ao posto de presidente, entre eles: Aureliano Chaves (PFL), Paulo Maluf (PDS), Mário Covas (PSDB), Leonel Brizola (PDT), Ulysses Guimarães (PMDB) e Roberto Freire (PCB). Notava-se que os candidatos mais fortes se dividiam em dois eixos principais. O primeiro eixo claramente se direcionava as políticas neoliberais¹, incorporando ideais de um Estado que pregaria o planejamento, sendo este primeiro eixo liderado pelo candidato Fernando Collor de Mello (PRN). O outro eixo defendido por Luís Ignácio da Silva colocava o Estado como aquele que deveria solucionar problemas de ordem social, consolidava as propostas elaboradas pelo PT nas mobilizações políticas dos Anos 80. Mas de uma maneira geral havia a incerteza. Em relação ao “novo” destacado na candidatura de Fernando Collor, pouco se podia avaliar de como seria o seu mandato. E quanto à Lula as incertezas estavam em todas as camadas da população, visto o histórico do Partido dos Trabalhadores que seguiam uma corrente socialista o que gerava muita dúvida quanto ao que isso significaria

¹ Política neoliberal entende-se por abertura comercial, desregulamentação financeira, privatizações, desregulamentação do mercado de trabalho, entre outros conceitos.

caso fosse eleito. O resultado do primeiro turno levou Collor e Lula para o segundo turno². Collor sai vencedor.

No dia 15 de março de 1990 Fernando Collor é empossado, no discurso de posse levanta se as questões quanto abertura comercial, abertura econômica, negociação da dívida externa, entre outros. O dia anterior à posse foi marcado por um imenso nervosismo dos mercados financeiros o que levou a decretar um feriado bancário para frear uma corrida especulativa. A eleição de Fernando Collor ainda envolvia certa perplexidade. Mas ainda havia esperança de mudanças positivas na população, porém existia uma grande expectativa quanto o teor e o alcance das medidas econômicas a serem traçadas.

Collor assume com o país quase mergulhado em uma hiperinflação³, ansiava se por uma medida que contornasse o problema. Um ponto chave era que o presidente não tinha base política “a avaliação política de que a precariedade da composição pluripartidária de apoio ao governo no Congresso não abriria espaço para prolongar negociações em torno de um programa minimamente consensual, especialmente depois de uma eleição presidencial acirrada no segundo turno”⁴. A equipe econômica do início da gestão de Fernando Collor de Mello e que se apresentava como responsável pela tarefa da concepção do planejamento econômico era liderada por Zélia Maria Cardoso de Mello, nomeada pelo presidente eleito para exercer o cargo de Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento⁵. Contava ainda com Ibrahim Eris, que ocupou o cargo de presidente do Banco Central, e com Antônio Kandir, a quem coube a Secretaria de Política Econômica. O discurso de posse foi bem recebido pela população e ao olhar externo. Mas logo veio o espanto do Plano Collor I.

² Fernando Collor obteve 28,5% e Lula conquistou 16,1% dos votos.

³ (A taxa anual da inflação relativa ao mês de março superava a fantástica cifra de 180.000%)

a) 4 Retirado do Livro; Dionísio D Carneiro, “50 anos de Brasil”, FGV, Rio, 1994.

⁵ O novo Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, que fundiu os antigos ministérios da Fazenda, Planejamento, e Indústria e Comércio, foi criado em 15 de março de 1990. Passou a abranger quatro secretarias nacionais, nove departamentos, cinco conselhos, sete bancos e treze institutos, fundações, superintendências e organismos diversos.

3.2 Cenário Externo

O mundo em 1989 via a queda do Muro de Berlim e já se previa o fim da União Soviética. Ressurgia com força os ideais liberais, que ganhou o nome de neoliberalismo. Período marcado também pelo Consenso de Washington que retomava o ideário liberal na América Latina, em um encontro realizado em Washington em novembro de 1989 reunindo membros do governo dos Estados Unidos, FMI (Fundo Monetário Internacional) e do BID (Banco Interamericano de desenvolvimento). Foram discutidos pontos como disciplina fiscal, priorização dos gastos públicos, liberalização financeira, abertura comercial e outras medidas a serem tomadas por países latinos para adoção de um sistema liberal. O avanço das políticas neoliberais era visto como uma etapa do processo de internacionalização do capital.

Outro tema que marcava a história mundial neste período era a Guerra do Golfo. Em agosto de 1990, Saddam Hussein invadiu o Kuwait. No dia 15 de janeiro de 1991, os Estados Unidos entram no conflito do Golfo Pérsico. O impacto dos primeiros momentos da guerra pôde ser percebido no comportamento dos principais mercados financeiros internacionais, que registraram forte oscilações na maioria dos ativos financeiros. No Brasil, o comportamento do mercado financeiro não foi diferente, porém, refletiu ainda um outro fator agravante: a fragilidade da economia nacional.

3.3 Principais Medidas Econômicas

3.3.1 Plano Collor I⁶

Em 16 de maio de 1990, um dia após a posse é anunciado o “Plano Brasil Novo” pelo presidente e sua equipe. O plano que veio a ficar conhecido como Plano Collor I, constituiu uma opção de alto risco, condicionada pela percepção de alguns fatores que enquadraram na lógica dos fracassos das intervenções que o obedeceram.

⁶ Ver tabela Inflação no capítulo “Anexos”, tabela

Foi formalizado com a edição de um conjunto de medidas provisórias (MPs), contemplando a linha clássica de intervenção na economia, como políticas de renda, fiscal e monetária. O programa foi feito levando em consideração o diagnóstico de que os programas anteriores haviam falhado basicamente por não terem atacado as causas do desequilíbrio financeiro do Estado, além de não haverem destruído os mecanismos que impediam, na economia brasileira, a atuação de uma política monetária rígida.

Outra preocupação presente nas MPS era a ação do Estado na dimensão da crise fiscal, destacando a reforma administrativa, a privatização e a alienação de ativos públicos, além de cortes de subsídios e redução dos níveis de sonegação.

Mas o destaque do novo plano sem dúvida foi a MP n168, que constitui o eixo da intervenção no âmbito monetário, esta medida bloqueava cerca de 70% do M4⁷ da economia. De acordo com o artigo 5º e 6º da MP n.168 apenas seriam convertidos em Cruzeiro os saldos dos depósitos à vista e das cadernetas de poupança até o limite de NCz\$50.000, segundo a taxa de câmbio (Cr\$/USD = 42,45) vigente no último dia de março de 1990, a quantia liberada de NCz\$ 50.000,00, equivale a um pouco mais de US\$ 1.000,00. Além do bloqueio dos ativos, na oportunidade do saque, os aplicadores em poupança que detivessem um saldo superior a 10.000 BTN (bônus do tesouro nacional) fiscais, ou seja CR\$ 195.000,00 deveriam pagar, no momento do saque 8% por conta do Imposto Sobre Operações Financeiras, como determinava a MP n. 160. Outras aplicações em títulos e valores mobiliários, depósitos a prazo e aplicações de curto prazo também ficavam sujeitas a essa tributação.

Como objetivo, as MPs formalizavam a intenção e os caminhos escolhidos pelo presidente e pela equipe econômica para buscar a estabilização da economia brasileira no início dos anos 90. Os três pontos principais foram apresentados como a base do programa: primeiro uma reforma fiscal com o

⁷ M4 é o agregado monetário que compreende o papel moeda em poder do público, os depósitos à vista, os títulos públicos (federais, estaduais e municipais) em poder do público, os depósitos em caderneta de poupança, os depósitos a prazo e os títulos privados.

objetivo de permitir já no ano de 1990 uma reversão das contas do setor público da ordem de 10% do PIB, objetivando-se uma conversão de um déficit operacional previsto para 8% em um superávit operacional de 2% do PIB; seguindo por uma reforma monetária destinada a acabar com a moeda indexada, seguida de um bloqueio ao acesso a cerca de 80% dos ativos financeiros do setor privado. Tal medida, que resultou em um enorme controle direto do Banco Central sobre um montante de quase US\$51 bilhões ao final de março. Podemos destacar a instauração de um congelamento imediato de preços e salários, em seguida a uma correção modesta em alguns preços públicos e salário destinado a impedir que as pressões inflacionárias acumuladas no período anterior, de expectativas explosivas, viessem a prejudicar o andamento do programa.

Os índices apontam uma drástica redução da inflação em abril e maio de 1990, retomando a partir daí uma tendência crescente. Houve notável perda de confiança dos agentes econômicos na condução da política econômica. O retorno das taxas mensais de inflação dos dois dígitos fez as atenções se voltarem para os perigos de uma contagem de tempo à espera de novas tentativas de estabilização.

A incapacidade do Plano Collor I de cumprir seus objetivos esteve associada a inconsistência em suas concepção, tanto do ponto de vista política quanto econômico.

Os gestores da política econômica pareciam crer que seriam capazes de implementar a agenda neoliberal não apenas confrontando os interesses dos trabalhadores, mas também sem encaminhar um negociação da distribuição da distribuição de perdas e de redefinição dos espaços econômicos no interior das elites econômicas⁸. Embora exacerbada, o Plano Collor I, pela retórica agressiva da equipe econômica, a articulação de apoio político revelou-se uma dificuldade geral colocada ao padrão de gestão estatal proposto pelo Governo Collor. Da inconsistência política resultou, portanto, a rápida mutilação do Plano. Mas

8 "A estratégia do Plano Collor I revela, assim a aposta na capacidade de uma equipe de burocratas, ideologicamente coesa e com auto grau de autonomia, de encaminhar as propostas do Consenso de Washington. Ver, a respeito dessa postura denominada de "technopols", Fiori (1994)." Instituto de Economia do setor Público, Gestão Estatal no Brasil-Limites do Liberalismo 1990-1992, Fundap, 1995

também a sua concepção econômica, previamente a essa mutilação, era problemática.

3.3.2 Plano Collor II⁹

Vigorou no período de janeiro a abril de 1991, foi implantado em resposta ao quadro de crescente descontrole macroeconômico que se desenhava desde os últimos meses de 1990 e que fazia retomar o temor de uma crise hiperinflacionária. Causada pela perda progressiva do controle nas áreas monetárias e fiscais.

A rigor, o Plano Collor II constituiu na implementação de um “pacote” econômico está fase caracterizou se como um programa heterodoxo. Instituiu o congelamento de preços, eliminava a indexação e determinava o fim do *overnight*¹⁰ para pessoas físicas e jurídicas não-financeiras a partir de 1º de março de 1991, quando seriam instituídos os fundos de aplicação financeira, os fundos. A equipe econômica atribuía como uma das causas do fracasso das medidas tomadas para conter a inflação o *overnight* no primeiro ano do governo Collor.

Entre os aspectos que conduziram à instituição do Plano, destacam-se as crescentes dificuldades para financiar a dívida pública, diante das perspectivas de rápida aceleração inflacionária em um contexto em que os títulos eram prefixados. Para manter sob controle, ainda que de maneira bastante precária, as decisões dos grandes gestores de riqueza quanto ao destino de sua liquidez, a partir do final de janeiro de 1991 o Bacen viu-se premido a conceder, além de taxas de juros crescentes, um prêmio de risco extremamente elevado. E essa elevação dos juros tenderia a acirrar as expectativas de inflação, reforçando o ritmo dela de alta dos preços e as expectativas de um descontrole agudo.

⁹ Ver Tabela Inflação no anexo, planilha

¹⁰ Overnight, eram aplicações financeiras realizadas no mercado aberto num determinado dia, para resgatar no dia útil seguinte. Duravam não mais que 24 horas, isto é, eram de curtíssimo prazo.

O mercado financeiro era desestabilizado, também, pela desconfiança quanto à solvência dos bancos estaduais, fator que eleva os custos e agrava as dificuldades de rolagem dos títulos estaduais, além de exigir intervenção do BC.

O Plano Collor II representou, portanto, uma intervenção emergencial para estancar o descontrole inflacionário, ficando longe de uma tentativa de controle à inflação e contando desde o início com um grau de credibilidade muito reduzido.

O novo intervencionismo não surtiu o efeito pretendido, e o Presidente da República viu-se forçado a trocar a equipe econômica no mês de maio.

4. Mudanças na Equipe do Governo (Ampliando as Bases de Apoio).¹¹

4.1. Transição Zélia – Marcílio Marques

Apesar da redução dos níveis de inflação nos meses subsequentes à aplicação das medidas de Plano Collor II, a Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento, Zélia Cardoso é substituída por Marcílio Marques Moreira em maio de 1991. A nomeação do embaixador para Ministro da Economia, não mudou apenas o ponto chave do governo. A mudança reintroduziu a filosofia liberal no trato da economia, com preocupação primordial do novo ministro de manter estáveis as regras do jogo, como primeiro passo para o alcance da sonhada estabilização econômica, a partir da recuperação da credibilidade do governo junto aos agentes econômicos. No dia da posse de Marcílio houve um certo ataque especulativo, mas as reservas ficaram controladas¹².

O novo ministro não só iniciou a desvalorização gradual da taxa de câmbio, mas anunciou que anteciparia o processo de devolução dos cruzados e de diminuição das tarifas de importação, ao mesmo tempo em que iniciou a

¹¹ Neste capítulo foi utilizado como fonte de pesquisa o livro; Depoimento ao CPDOC-Fundação Getúlio Vargas, Marcílio Marques Moreira, “Diplomacia, Política e Finanças, De JK a Collor: 40 anos de história por um de seus protagonistas”, Editora Objetiva, 2001.

recomposição dos preços públicos, promovendo a liberalização crescente dos preços que tradicionalmente estiveram sob controle do governo. Os temores de hiperinflação, que estavam de volta, seriam combinados com políticas baseadas em regras que restaurassem a capacidade de fazer política econômica.

4.2. O Novo Ministério da Fazenda e Principais Medidas.

A equipe econômica foi reestruturada. A primeira reunião da nova equipe econômica (Ministério da Fazenda, Banco Central e Conselho Monetário)¹³ foi no dia 16 de maio. A secretária de Política Econômica ficou com Roberto Macedo, ficou sendo responsável pelo Projeto, uma série de projetos que tinham sido apresentados ao Congresso. Entre abril e maio, já num momento muito conturbado, uma excelente lei salarial foi aprovada. As leis antes da nova medida eram sempre baseadas na indexação, mas na lei que foi aprovada os reajustes seriam na base da inflação futura, uma conquista do secretário após muita negociação.

Os primeiros meses da nova equipe econômica não foram tranquilos. Em meio à forte pressão dos reajustes de custos represados durante o congelamento e à especulação com estoques por parte do comércio e da indústria. Surge a crise política.

Em maio já se falou em discutir a devolução dos Cruzados Novos que seria feita em Cruzeiros. O dinheiro deveria ser devolvido em 12 meses a partir de setembro de 1991, o correspondente a 27 bilhões de dólares. Isto significava que teria que ser devolvido a cada três meses uma base monetária, em 12 meses seriam quatro bases monetárias. Portanto o desafio era enxugar a liquidez que poderia torna se explosiva, pois representaria 7% do PIB. Discutia-se a antecipação da evolução, a importância era clara, visto que a necessário investir, mas o ponto chave era que deveria se reconstruir o crédito público o que

¹² Para evitar especulação a ação do Banco Central, nestes momentos, era agir vendendo ouro no mercado.

¹³ Faziam parte da equipe do ministério da fazenda, Roberto Macedo, Francisco Gros, Luís Antônio Gonçalves, Pedro Parente, Luís Fernando Wellisch. No Banco Central, Pedro Bodin, Armínio Fraga,

seria impossível sem a devolução dos cruzados retidos. Assim a devolução foi adiante em um mês das contas pequenas, de até 200 mil Cruzeiros, o resto seria devolvida rigorosamente dentro dos prazos legais. A devolução representou uma grande injeção, de mais ou menos dois bilhões de dólares por mês na base monetária.

O descongelamento de preços também era importante, estava tudo congelado, preços privados e públicos (petróleo, energia elétrica, etc.). Havia uma pressão enorme para descongelar, e isso poderia criar uma grande pressão fiscal. A solução foi fazer um descongelamento gradual em três etapas; preços controlados, que continuavam controlados, preços monitorados, em que ao se fazer um aumento, era preciso apenas comunicar; e preços liberados. A idéia era ir caminhando do controle para o monitorado e depois para o liberado sem que isso ocorresse uma explosão¹⁴.

4.3. Início da Crise Política

4.3.1. Primeiras Denúncias de Corrupção.

Outubro de 1990, Motta Veiga sai da Petrobras acusando PC Farias de pressioná-lo para favorecer a Vasp. Em Março de 1991, Zélia, que ainda ocupava o ministério da Fazenda, suspendeu as exportações de café brasileiro no mercado internacional. Alguns souberam dessa decisão antes, aproveitando para fechar contratos de exportação vultuosos nos dias anteriores. Com os negócios parados, o preço do café subiria e o ganho destas transações era certo. Entre esses empresários estavam amigos pessoais de Zélia, do presidente Fernando Collor e do irmão de Collor, Leopoldo Collor. A ex-ministra cancelou os contratos feitos à ultima hora. Agosto de 1991 estoura escândalo de desvio de verba na LBA envolvendo a primeira dama, Rosane Collor. Abril de 1991,

Nelson Carvalho, Gustavo Loyola, Cincinato e Rodrigues de Campos. No Conselho Monetário, Alcides Tápias, Artur Sendas, Roberto Rodrigues, Paulo Cunha e Carlos Antônio Rocca.

¹⁴ E neste ponto houve sucesso. Quando Márcio Marques deixou o governo em outubro de 1992, todos os preços privados estavam liberados e a dispersão de preços se havia estreitado significativamente.

Egberto Batista é denunciado por favorecer seu irmão em negócios em uma empresa estatal.

4.4. Reforma Ministerial

4.4.1. Reforma Ministerial

Em Janeiro de 1992 as reformas se acentuaram, depois da queda do Zélia e indicação de Marcílio, seguida da queda do Ministro da Justiça por envolvimento em fofocas e pela não satisfação do presidente com a atuação do ministro.

O início do ano de 1992 foi marcado por mudanças na condução da política e pela necessidade de reestruturação dos ministérios. O sindicalista nomeado ministro, para dar uma cara operaria ao governo Collor acabou demitido, Antonio Rogério Magri deixou o ministério do Trabalho e da Previdência Social. Quem seguindo o rumo das primeiras demissões foi a Ministra da Ação Social, Margarida Procópio, cai.

No início do ano de 1991 vieram à tona os primeiros escândalos da Previdência que colocaram Magri na corda bamba e à necessidade de reformas dos ministérios levou ao presidente justificar sua saída como apenas uma forma de atualizar e acelerar as mudanças. Já a saída de Margarida foi justificada por desentendimentos com a então Primeira-Dama Roseane Collor e com o governador da Bahia, Antônio Carlos Margalhães.

Essa primeira renovação do ministério era vista como uma tentativa de passar uma borracha em boa parte do desastre político. Empenhava-se em eliminar o problema de baixo respaldo político do governo.

No lugar de Margarida Procópio foi convocado o deputado do PFL pernambucano, Ricardo Fiúza, que era líder do governo na Câmara. Para substituir Rogério Magri, chamou-se o economista Reinhold Stephanes do

Paraná também do PFL. Collor estava ilhado, com o Congresso e a opinião pública contra o Governo. Era a hora de conseguir apoio político e a aproximação ao PFL seguia este raciocínio.

Ainda em janeiro foi criada a Secretária de Governo e foi convidado para assumi-lo Jorge Bornhausen do PFL. As contas que Collor fazia era que esta nova aliança poderia lhe render oitenta votos na Câmara de Deputados que somados ao PRN e PSC, siglas que eram alinhadas ao Planalto, chegava a 120 parlamentares, não era a maioria, mas mostrava a intenção do presidente em chegar aos 252 necessários, inicialmente queria se fazer um bloco e depois conquistar a maioria.

Continuando o rumo das demissões, de forma já esperada, caiu o Ministério da Saúde e o Ministro Extraordinário para Integração do Cone Sul, de Alcení Guerra e Carlos Chiarelli, respectivamente. Neste ponto o objetivo era reforçar a credibilidade do governo que melhorou com o início das reforma ministerial. O cargo de Chiarelli foi extinto e Alcení foi substituído por José Goldenberg (Interino) e mais tarde por Adib Jatene, por não ter filiação partidária diminuía do governo o caráter de reforma apenas por busca de apoio político.

Alcení começou a cair e afundar-se na lama das denúncias de corrupção no dia 16 de janeiro quando a ex-presidente da Fundação Nacional da Saúde, Isabel Stefano, prestou depoimento na Polícia Federal para apurar a compra superfaturada de 23500 bicicletas, que seriam usadas por agentes de saúde em trabalho de campo. No depoimento Isabela afirmou que o então ex-Ministro da Saúde sabia das compras irregulares feitas por subordinados do ministro.

4.5. Novo Ano, Novas Denúncias.

Em fevereiro os rumores que Pedro Collor, estaria preparando um dossiê contra PC Farias, tesoureiro da campanha de Fernando Collor para governador do Alagoas e para a presidência. Estes documentos e três fitas cassetes, seriam

para comprovar operações irregulares de PC e que colocariam o mandato de Collor em risco.

As divergências entre Pedro e PC teriam começado devido ao planejamento de abertura de um novo jornal em Alagoas, que seria uma sociedade entre PC e Fernando Collor, que enfraqueceria o grupo Arnom de Mello que era presidido pelo irmão do Collor. O grupo possui em Alagoas um império regional que envolve uma estação de TV, um jornal e rádios am e fm.

Além das acusações trocadas entre Pedro e PC, as novas acusações começam a tocar os novos ministros. Primeiro Fiúza é acusado de vender uma usina irregularmente em Alagoas. Em março as denúncias começam se aproximam ainda mais do Planalto. Descobre-se que antes de deixar o governo Antonio Rogério Magri convocou ao seu gabinete um assessor, o então diretor de arrecadação do INSS, Volnei Abreu Ávila, com um único propósito de lhe oferecer propina. A conversa entre os dois ocorreu no dia 28 de novembro, no Ministério do Trabalho, durou mais ou menos uma hora e foi gravada por Volnei.

Na Polícia Federal Volnei contou que Magri o convidou para participar de um esquema que consistia em aceitar suborno para parcelar dívidas de empresas privadas com a Previdência Social. Magri revelou a Volnei que tal rolagem de dívida interessava ao deputado Paulo Octavio (PRN-DF) amigo íntimo do presidente Collor. Abriu-se inquérito para apurar as denúncias. O presidente Collor se mostrava empenhado em esclarecer o ocorrido no Ministério da Saúde, de Alceni e com as novas denúncias contra Magri. Lembrando que, a primeira denúncia contra Magri foi ainda quando era ministro quando veio a empresa que ele estaria recebendo dois salários, o do ministério e outro na Eletropaulo, Collor justificou que não demitiu o ministro nessa ocasião porque em termos jurídicos não se sabia se ele poderia receber os dois salários.

Frente aos escândalos a postura do Presidente Collor era de calma e de que todas as medidas estavam sendo tomadas. E afirmava que só tomava conhecimento das denúncias pela empresa e que estava tão surpreso quanto

qualquer brasileiro. Porém Volnei afirma ter tentado falar com o presidente antes de fazer as denúncias a polícia federal. Teria contactado ao General Agenor Carvalho, Chefe do Gabinete Militar, mas ele não teria dado atenção ao caso.

No dia 22 de março de 1992, o jornal O Estado de São Paulo publicou uma denúncia sobre a existência de um esquema de negociatas na importação de petróleo pela estatal comandado por Pedro Paulo Leoni Ramos, conhecido como PP. A matéria também relatava a indicação de Hamilton Albertazzi para o setor de compras da Petrobrás por PP. Albertazzi foi acusado de superfaturar compras. Esta denúncia também envolvia o presidente da Petrobrás Ernesto Weber e seu superior o Ministro da Infra-Estrutura, João Santana. Foi apurado, também, denúncias de negócios fultuosos entre a Petrobrás e o empresário Sérgio Rocha, dono da empresa Edubra, o qual tem relações de amizade com PP.

Neste ponto as reformas no ministério se confundem com a crise política que começa a se deflagrar. A primeira mudança depois das denúncias foi a queda de Cláudio Vieira, Secretário particular e responsável pelas verbas publicitárias do governo. Seguindo o mesmo rumo, Pedro Paulo Leoni Ramos, Chefe da Secretária de Assuntos Estratégicos, acusado de garantir dinheiro “extra” para financiar a campanha política de Collor. Mesmo caso de Egberto Baptista, Secretário do Desenvolvimento Regional também demitido.

Em abril ficou clara necessidade de reduzir o desgaste que o governo vinha sofrendo por acusações de corrupção e tráfico de influência. Dos nove ministros civis empossados no dia 9 de março de 1990 nenhum escapou da demissão, o pior deste quadro era que isto ocorria com apenas dois anos de governo.

5. Do Otimismo ao Agravamento da Crise Política.

5.1. Conjuntura Internacional e Conjuntura Econômica Interna no ano de 1992.

As bolsas de valores engordavam com o capital estrangeiro e fecharam o ano de 1991 como o melhor investimento. Apesar das empresas passarem por momentos difíceis, com lucro baixo e a maioria delas tendo que adiar para o futuro os planos de investimento, mesmo assim saiu-se bem o investido que comprou ações de empresas nas bolsas de valores¹⁵.

No primeiro semestre de 1991, as bolsas estiveram sujeitas a recessão e não tiveram bom desempenho. A partir de julho, quando o governo autorizou a entrada de investidores estrangeiros a operar nas bolsas, logo notou-se as mudanças.

O rendimento alcançado pelas bolsas¹⁶ ganhou força espetacular quando co,parado ao pano de fundo da recessão e da superinflação. Vale ressaltar que neste momento a inflação (IGMP, calculado pela Fundação Getúlio Vargas) era de 458,37%aa.

Favoreceu a este cenário de maior confiança à manutenção da política de juros altos e ao Banco Central e o ministro Marcílio Marques que quebraram as expectativas de um novo choque na economia.

O bom resultado perdurava no ano de 1992 porque primeiro como já foi dito o governo derrubou uma série de barreiras a entrada do capital externo nas bolsas, além disso os investidores de fora ganharam confiança pois já era previsto um acordo com o FMI e os bancos credores, o que se mostrava como uma garantia de estabilidade. Ajustes internos, como o controle do déficit público era outro ponto forte que a administração de Marcílio Marques tentava

¹⁵ A Bolsa do Rio de Janeiro ainda não havia sido extinta.

¹⁶ De acordo com o balanço feito pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto, a Andima, a Bolsa de Valores de São Paulo acumulou de janeiro a dezembro uma alta de 2311,16%. O rendimento da Bolsa do Rio de Janeiro durante o ano de 1991 foi de 1934,37%aa).

fortalecer e que melhorava a visão quanto ao país ao investidor internacional e interno também, trocava se pacotes econômicos por ajustes ortodoxos.

O processo de privatizações deslanchava, o que significava fortalecimento da saúde econômica. Os juros internacionais estavam baixos, nos EUA, a taxa anual é de 3,7%aa o que tornava o Brasil uma boa opção de investimento, as ações brasileiras eram vistas como “baratas” e portanto a perspectiva de que os preços subissem nos anos seguintes era muito alta.

5.2. Acordo com o FMI e com o Clube de Paris

Na primeira semana de fevereiro de 1992, após anos sem acordos, o Brasil fecha com o FMI um empréstimo de 2,1 bilhões de dólares, pagáveis em sete parcelas trimestrais. Mesmo sendo considerado baixo dentro das expectativas e das reais necessidades do país naquele momento, o empréstimo tinha um significado maior, era como um voto de confiança. Mas os depósitos só seriam feitos se o país mostrasse uma boa continuidade nas reformas econômicas. Entre as medidas necessárias seriam: chegar a uma taxa de inflação anual em 1993 de 20% ao ano, um crescimento de 3% no mesmo ano e superávit de 12 bilhões até dezembro de 1992.

Logo depois fechou-se um acordo com o Clube de Paris, do dia 26 de fevereiro de 1992, onde o Brasil se comprometia a pagar 4,1 bilhões de dólares em 1992 e 1993 e o resto da dívida seria pago num prazo máximo de 14 anos.

Estes acordos mostravam a tentativa de reerguer a credibilidade nacional e ainda o fortalecimento da economia que vinha mostrando números melhores que os do primeiro ano do governo Collor, esperava-se um crescimento do PIB de 1,3% e uma inflação controlada em torno de 25%¹⁷.

¹⁷ Ver tabela no capítulo anexos. Tabela (9.3)

5.3. Abertura do Processo de Impeachment

Com as investigações a Polícia Federal apreendeu no escritório de PC em SP um computador onde foram encontrados documentos com que falavam em percentagens de intermediações, como conseguir o controle da opinião pública, sobre excedentes de fundos de campanha, e outros que provavam o envolvimento de PC Farias em atos ilícitos.

Com as investigações na CPI criada para apurar as denúncias dois fatos ligaram Collor a Paulo César Farias. Uma Fiat Elba comprada com um cheque de um “laranja” e um apartamento em Maceió.

No dia 24 de agosto, foi lido na Câmara o relatório final da CPI, confirmando essa ligação entre eles. No mesmo dia alguns ministros se reúnem na casa do então ministro da Fazenda, Marcílio Marques, onde depois de uma longa reunião reconheceram a necessidade de se manter a governabilidade, mesmo em um clima tenso onde quase todos queriam deixar o governo, pois tinham medo de terem suas imagens associadas ao governo Collor ou que parecesse um ato de solidariedade ao presidente. Se saíssem do governo poderia haver um golpe militar, ou então poderia resultar em um truncamento do processo.

O acordo foi elaborar um documento, entre os ministros e aqueles que estivessem diretamente ligados ao governo, que seria com a seguinte mensagem “vejam, estamos aqui não porque queremos ficar, mas para servir ao país. Se sairmos, vamos prejudicar a nação. Estamos esperando a decisão do congresso, que tem hoje poderes judiciais. Quando sair essa decisão, a favor ou contra o impeachment, sairemos de qualquer maneira”¹⁸

A carta foi redigida e todos ministros civis assinaram, todos os ministros militares, o secretário-geral da Presidência, Marcos Coibra, que era o cunhado do presidente, todos os secretário de Estado. A carta de certa forma era um meio de se dessolidarizar do presidente Collor e mostrar a neutralidade dos que assinaram. Esta carta ficou conhecida como Pacto de Governabilidade. Neste

¹⁸ Livro “Marcílio Marques Moréia_ Diplomacia, política e finanças. De JK a Collor: 40 anos de história por um de seus protagonistas” Depoimento ao CPDOC-Fundação Getulio Vargas.

momento Márcílio acabava absorvendo mais poder, o próprio presidente acaba delegando mais força ao ministro, Márcílio cita em seu livro uma das conversas com Collor na qual o presidente teria dito a ele “o senhor converse com os ministros e resolva. O que resolver, eu ratificarei”¹⁹. Sobre o momento político, completa Márcílio “aquele foi o momento em que detive mais poder”²⁰. Jornais como o New York Times e Financial Times se referiam a posição do ministro naquela circunstância como a de um primeiro-ministro.

Em maio, o Congresso instalou uma CPI para investigar o caso. No final da tarde do dia 29 de setembro, a Câmara dos Deputados aprovou em Brasília a abertura do processo de impeachment contra o presidente Fernando Collor. Por 441 votos a favor, 38 contra e uma abstenção, aquele que se elegera como “caçador de marajás” foi afastado temporariamente do cargo por denúncias de corrupção, tráfico de influência e formação de quadrilha. Três meses depois, no dia 29 de dezembro - poucos minutos antes da votação em que o Senado afastaria definitivamente o presidente, Collor renunciou. Nas ruas, o povo comemorou.

5.4. Avaliação Econômica da Crise Política

O Governo Collor falhou nas duas tentativas de via choques econômicos, contornar a inflação e retomar o caminho do desenvolvimento. A última tentativa em fevereiro de 1991, não resolveu o problema. E mais trouxe distorções sérias aos preços relativos, abalou a confiança dos investidores internos e reduziu ainda mais a margem de manobras do governo.

Apesar dos desfavoráveis resultados econômicos observados em 1991 e do certo grau de estagnação. O ano de 1992 inicia-se com clima de otimismo, o presidente Collor definiu no que foi denominado de “Agenda de Consenso” as principais reformas a serem realizadas em 1992, priorizando a modernização da economia e o ajuste fiscal. Em busca de maior apoio político, o presidente promoveu uma reforma ministerial de peso com o objetivo de dar maior

¹⁹ Livro “Márcílio Marques Moréia_ Diplomacia, política e finanças. De JK a Collor: 40 anos de história por um de seus protagonistas” Depoimento ao CPDOC-Fundação Getúlio Vargas.

²⁰ Idem 16.

sustentação política ao governo no Congresso. Podemos citar a entrada de dois parlamentares na sua equipe, os deputados Ricardo Fiúza e Reinhold, para as pastas do trabalho e Ação Social, respectivamente. Além disso, criou-se a secretaria do governo, dando a chefia da área responsável pela articulação política do governo ao ex-senador Jorge Borhausen. Consolidou-se, assim, a participação do PFL no governo, que garantiu um firme apoio parlamentar e tentou buscar no PSDB, via indicação de Hélio Jaguaribe para uma Secretária, o apoio que lhe daria maioria.

Certo de que a nova base parlamentar facilitaria a viabilização dos projetos prioritários, como a reforma fiscal, tributária e do sistema financeiro, propriedade industrial, participação dos trabalhadores no lucro das empresas e desregulamentação dos portos, O governo passou a trabalhar a aprovação de tais projetos como fator determinante para a queda da inflação e a recuperação do crescimento econômico.

O otimismo que caracterizou o início do ano logo deu espaço à preocupação, ao pessimismo e a crise política. A partir de maio, o Governo Collor entrou em rápido processo de desgaste e descrédito político, motivado pelas acusações do irmão do presidente de que havia um esquema de corrupção montado dentro do governo e coordenado pelo empresário PC Farias. Ao longo de seis meses, discutiu-se, através da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), a participação do presidente no esquema PC.

No período compreendido entre as primeiras denúncias e a aprovação do *impeachment*, o Governo Collor foi parando aos poucos, à medida que fatos mais graves eram revelados. Nenhum dos projetos tidos como prioritários foi aprovado. Um dos poucos momentos de tranquilidade foi em junho quando houve a Conferência Mundial do Meio Ambiente, a ECO 92, no Rio de Janeiro.

Se os projetos do Governo, que tramitavam no congresso nacional, param por falta de apoio político, em especial a reforma fiscal e tributária, restou ao ministro Márcilio administrar uma das mais fortes recessões que o país já enfrentou. A taxa de juros real acumulada atingiu o patamar de 30% ao ano,

reduzindo drasticamente os investimentos, aumentando o desemprego e achatando ainda mais os salários. Como resultado, a inflação fechou em 1992 no patamar de 1220% sofrendo pouquíssimo efeito da política monetária.

Do ponto de vista conjuntural, a crise política afetou diretamente a economia, em especial a partir do segundo semestre. O resultado do PIB (Ver Figura 1) no terceiro trimestre do ano, contrariando o tradicional movimento sazonal da expansão neste período. As conseqüências da crise política sobre a captação de recursos externos, notadas apenas a partir do segundo semestre de 1992, foram inevitáveis. Diante do vigor do ingresso de recursos no primeiro semestre de 1992, o saldo total no ano sofreu um aumento real em dólares, de 52%, em relação ao observado em 1991. comparando-se os resultados obtidos no segundo semestre com os do primeiro, no entanto percebe-se nitidamente os efeitos da crise sobre o movimento de internalização de recursos. Nesse período, os empréstimos em moeda sofreram uma queda de 30% em dólares. Da mesma forma, os investimentos em moeda realizados nas Bolsas de valores sofreram uma queda real de 40%. O saldo médio total dos recursos captados no exterior, no entanto, sofreu uma queda em dólares de apenas 14,5%.

Em julho, no auge da crise política instalada no País, o Governo brasileiro conseguiu obter uma grande vitória no *front externo*, renegociou a dívida, solidificando, assim, sua reaproximação com o sistema financeiro internacional. Em setembro de 1992 quando a saída do presidente ainda era uma especulação contribuiu para a elevação do ágio para cerca de 20%.

Sendo Collor finalmente acusado de crime de responsabilidade. As evidências se mostraram fortes ocorrendo o pedido de *impeachment* foi feito pela Ordem dos Advogados do Brasil e aprovado pela Câmara dos Deputados, no início de outubro. O que gerou nova reviravolta na estrutura do Governo

Figura 1:

Produto Interno Bruto * taxa de variação no ano (%)					
PIB e setores de atividade	Observado				Previsto
	4° Trim / 91	3° Trim / 92	2° Trim / 92	1° Trim / 92	4° Trim / 92
PIB	1,0	5,2	1,2	-1,1	-1,5
Agropecuária	2,5	9,4	8,8	6,5	6,2
Lavoura	1,8	11,3	10,6	7,5	6,6
Produção Animal	3,4	7,1	5,9	5	5,6
Indústria	-0,7	6,2	-1,8	-4,8	-5,1
Transformação	-0,6	4,6	-3,1	-6,2	-6,3
Construção Civil	-4	15,4	1,7	-3,8	-5,4
Demais	2,8	5,2	1,8	1,9	2,2
Serviços	2	3,3	1,3	0	-0,4
Comércio	1,4	4	-1,2	-4,1	-5
Transporte	2,5	14,4	7,8	4,2	2,6
Demais	2,2	1,6	1,3	1,1	1,0

Fonte: IBGE. Elaboração: IPEA/DIPES
(*) Variação percentual acumulada no ano em relação a igual período do ano anterior.

5.5. Transição de Marcílio Marques para Gustavo Krause

Com o afastamento definitivo do Presidente Fernando Collor por suspeita de facilitar um esquema de corrupção que atuou no país nos anos 1990 a 1992. Itamar Franco, vice-presidente de Collor, assume a Presidência da República. Nos entranhos ministérios da Fazenda e do Planejamento o deputado Gustavo Krause e o professor Haddad, respectivamente.

A falta de tempo para a equipe econômica se organizar e problemas de comunicação entre os ministérios e o presidente Itamar Franco gerou incertezas quanto os rumos que seriam tomados na economia.

5.6. Conclusão Governo Collor

A gestão Collor adotou um discurso que identifica a liberalização abrangente e a estabilização como condução prévia e suficiente para a retomada do crescimento. Apesar de marcado por forte intervenção em seu início, através do Plano Collor I, a gestão econômica colocou os principais tópicos ao receituário neoliberal como eixo da agenda da gestão estatal no Brasil.

A necessidade de desestatizar e abrir a economia aos produtos e capitais estrangeiros para modernizá-la, o combate a inflação prioritariamente por meio do reforço financeiro ao Estado e da contenção monetária, a aposta no investimento privado, doméstico e externo, como motor espontâneo da retomada do crescimento, a subordinação da gestão econômica a uma estratégia baseada em duas etapas, a primeira estabilizar e modernizar e a segunda a retomada do crescimento.

6. A crise Política no Governo Lula

6.1. Um breve apanhado sobre o Plano Real²¹

O programa brasileiro de estabilização econômica é considerado o mais bem-sucedido de todos os planos lançados nos últimos anos para combater casos de inflação crônica. Combinaram-se condições políticas, históricas e econômicas para permitir que o Governo brasileiro lançasse, ainda no final de 1993, as bases de um programa de longo prazo. Organizado em etapas, o plano resultaria no fim de quase três décadas de inflação elevada e na substituição da antiga moeda pelo Real, a partir de primeiro de julho de 1994. A partir daí, a inflação foi dominada sem congelamentos de preços, confisco de depósitos bancários ou outros artificialismos da heterodoxia econômica. Em consequência do fim da inflação, a economia brasileira voltou a crescer rapidamente, obrigando o Ministério da Fazenda a optar por uma política de restrição à expansão da moeda e do crédito, de forma a garantir que, na etapa seguinte, o Brasil possa registrar taxas de

²¹ Retirado do site do Ministério da Fazenda. <http://www.fazenda.gov.br/portugues/real/planreal.asp>

crescimento econômico auto-sustentáveis, viabilizando a retomada do crescimento com distribuição da renda.

6.2. A Cronologia da Crise²² e Impactos Diretos na Economia

14 de maio 2005: Denúncia mostra o então chefe do Departamento de Contratação e Administração de Material dos Correios, Maurício Marinho, recebendo R\$3mil de suposto empresário. A cena é gravada em vídeo e, na fita, Marinho diz que agia em nome do então presidente do PTB, deputado Roberto Jefferson.

21 de maio: Uma nova denuncia envolve o deputado Roberto Jefferson. Ele é acusado de pressionar a direção do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) a dar uma mesada de R\$ 400mil ao partido em troca das indicações para cargos no órgão.

6 de junho: Jefferson revela a existência do mensalão, o pagamento de uma mesada de R\$30 mil a parlamentares aliados, e acusa o então tesoureiro do PT, Delúbio Soares, de ser o operador do esquema. O governo se engasgou logo no primeiro momento dizendo que não apuraria a denúncia de mensalão porque não passa de um “boato”. O que mostrou a falta e o pouco caso em esclarecer a população as denúncias feitas. O caixa dois foi justificado como “algo sistematicamente normal” repetido no país a muitos anos e sendo assim “normal”.

12 de junho: Roberto Jefferson dá mais detalhes sobre o mensalão, diz que o dinheiro era oriundo de empresas privadas e estatais, que era levado para Brasília em malas e que as negociações eram feitas pelo então secretário-geral do PT, Silvio Pereira, numa sala ao lado do gabinete do então chefe da Casa Civil, José Dirceu. O deputado aponta ainda o publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza como operador do mensalão.

²² Fonte Jornal O Globo.

14 de junho: No Conselho de Ética da Câmara, Jefferson diz que José Dirceu era o chefe do esquema do mensalão e que recebera R\$ 4 milhões do PT para a campanha do PTB, em 2002. Ainda cita como beneficiário do esquema os deputados José Janene, Pedro Corrêa e Pedro Henry, do PP; e Valdemar Costa Neto, Sandro Mabel e Bispo Rodrigues, do PL. No mesmo dia, a ex-secretária de Valério, Fernanda Karina Somaggio, afirma ter visto malas de dinheiro saírem da agência do publicitário Marcos Valério. Diz ainda que Valério viajava a Brasília num jatinho do Banco Rural.

16 de junho: Dirceu deixa a Casa Civil para voltar à Câmara e se defender das denúncias de corrupção. “Vou continuar governando o Brasil como deputado e como dirigente do PT. Sei lutar no Planalto e na planície”, disse Dirceu.

24 de junho: Documentos do Coaf revelam que duas empresas de Valério sacaram R\$ 20,9 milhões em dinheiro de uma agência do Banco Rural em Belo Horizonte.

29 de junho: O presidente interino do PTB, Flávio Martinez, encaminha a representação contra Dirceu ao Conselho de Ética da Câmara. O documento afirma que o ex-ministro quebrou o decoro parlamentar porque se valeu da “atividade junto ao Poder Executivo para intervir e fraudar o andamento dos trabalhos legislativos, alterando o resultado de deliberações em favor do governo ao pagar parlamentares”.

30 de junho: Jefferson afirma que, mensalmente, R\$ 3 milhões são desviados de Furnas Centrais Elétricas e divididos entre o PT nacional, o PT de Minas, integrantes da diretoria da estatal e alguns parlamentares.

1º de julho: Com base em relatórios do Coaf sobre saques de Valério, fica comprovada a coincidência entre retiradas e troca-troca partidário no Congresso. Esse movimento envolveria R\$ 6,4 milhões, entre agosto e outubro de 2003.

4 de julho: Sílvio Pereira se afasta do PT. Foi substituído por Ricardo Berzoini, que deixou o Ministério do Trabalho.

5 de julho: Delúbio entrega o cargo depois que foi revelado o empréstimo de R\$ 2,4 milhões no BMG feito pelo PT, com Marcos Valério e o presidente do partido, José Genoino, como avalistas.

6 de julho: Na CPI dos Correios, Valério admite ter avalizado o empréstimo de R\$ 2,4 milhões para o PT e ter intermediado contatos do partido com os bancos BMG, Rural e Opportunity.

8 de julho: José Adalberto Vieira da Silva, assessor do deputado José Nobre Guimarães, irmão do então presidente do PT, José Genoino, é preso em São Paulo com R\$ 200 e US\$ 100 mil.

15 de julho: Valério admite ter feito vultosos empréstimos para o PT, supostamente para pagar dívidas de campanha.

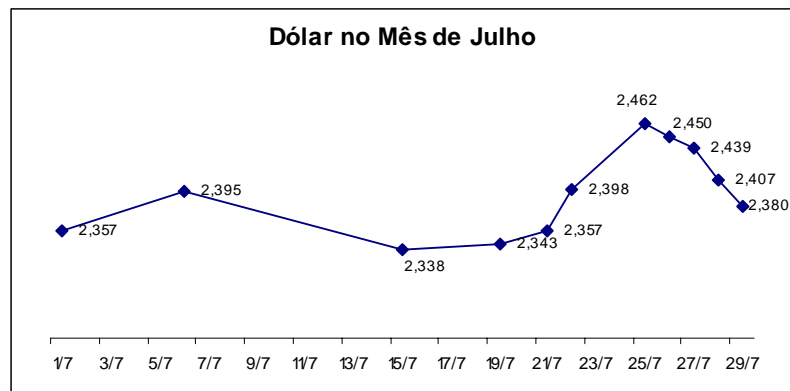
16 de julho: Delúbio adota a mesma versão e assume a culpa por ter criado um caixa dois no PT.

19 de julho: Documentos comprovam que a empreiteira GKD comprou o Land Rover de Sílvio Pereira. Dois dias depois, o dono da firma revela que deu o carro de presente ao petista. A CPI dos Correios obtém a primeira lista de sacadores nas contas de Valério no Banco Rural. A relação inclui pessoas ligadas ao ex-Ministro Anderson Adauto, ao ex-presidente da Câmara João Paulo Cunha (PT) e aos deputados Josias Gomes (PT), Paulo Rocha (PT), José Janene (PP) e Bispo Rodrigues (PL), além do ex-tesoureiro do PL, Jacinto Lamas.

26 de julho: Uma nova revelação envolve o PSDB. Em 1998, Valério fez um empréstimo de R\$ 11,7 milhões para financiar a campanha à reeleição do então governador de Minas, o tucano Eduardo Azevedo. Em depoimento à CPI

dos Correios, a mulher de Valério, Renilda Santiago, diz que José sabia dos empréstimos.

Figura (2) Dólar no mês de Julho²³.



Fonte: Bovespa

1º de agosto: Em depoimento à CPI dos Correios, a diretora-financeira da SMP&B, Simone Vasconcelos, revela que os saques dos beneficiados por Valério ultrapassam R\$ 55 milhões. Ela afirma ainda que a maior beneficiada, com R\$ 15 milhões, foi Zilma Fernandes, sócia do publicitário Duda Medonça, responsável pela campanha presidencial do PT em 2002.

2 de agosto: No depoimento de Dirceu ao conselho de Ética da Câmara, Roberto Jefferson afirma que o ex-chefe da Casa Civil articulou uma viagem de representantes do PT e PTB a Portugal para negociar com a Portugal Telecom o pagamento de dívidas de campanha dos dois partidos.

7 de agosto: O secretário-geral do PT, atual presidente do Partido dos Trabalhadores, Ricardo Berzoinin, defende na reunião do diretório nacional a permanência no partido de parlamentares e dirigentes que usaram dinheiro de caixa dois em campanha. Para ele, só deveriam ser expulsos os operadores do esquema do mensalão de Marcos Valério, como o ex-tesoureiro Délubio Soares, e os que não justificam os gastos. José Dirceu, na mesma reunião, impediu que

²³ De acordo com uma análise mais apurada do gráfico, fica claro demonstrar que as denúncias ocorridas no fim de Julho impactaram diretamente na taxa de câmbio.

fosse votada uma proposta que impedia que parlamentares que renunciarem ao mandato de se candidatar novamente pelo PT.

8 de agosto: O empresário Ricardo Machado, ex-sócio de Valério, diz, em depoimento na Polícia Federal, que ajudou a promover duas festas com num hotel em Brasília. Entre os participantes estariam beneficiários de repasse de empresas de Valério.

O então presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, decide jogar para o final a abertura de processo por quebra de decoro parlamentar contra José Dirceu e Sandro Mabel.

9 de agosto: Severino volta atrás e envia ao conselho de ética pedido de abertura de processo contra José Dirceu por quebra de decoro parlamentar. Junto Severino encaminhou os processos contra o líder do PL Sandro Mabel, Romeu Queiroz (PTB-MG) e Francisco Gonçalves (PTB-MG).

Causando mais impacto a já desgastada imagem de Dirceu, Valério na CPI do Mensalão afirma que ele sabia dos empréstimos. Revela também detalhes do empréstimo de R\$ 9 milhões para favorecer a coligação do PSDB na campanha pela reeleição do então governador de Minas Eduardo Azevedo, em 1998. Ele apresentou uma lista de 75 sacadores que receberam R\$1,8 milhão.

10 de agosto: O Conselho de Ética da Câmara abre processo de cassação por quebra de decoro parlamentar contra Dirceu e outros. “Estou absolutamente calmo e tranqüilo porque não há nada contra mim”, disse Dirceu.

Na primeira sessão conjunta das CPIs dos Correios e do Mensalão, para ouvir Cristiano Paz, sócio de Marcos Valério, PT e PSDB entraram em confronto. A causa foi uma lista apócrifa de políticos que teriam recebido dinheiro do empresário mineiro, divulgada pelo então vice-presidente da CPI do Mensalão, Paulo Pimenta (PT-RS). O petista declarou que vazou a lista estimulado por Dirceu, e que teria recebido do advogado de Valério, Marcelo Leonardo, que negou.

11 de agosto: Paulo Pimenta renuncia à vice-presidência da CPI do Mensalão após ter sido flagrado pelas câmeras do sistema de segurança do Senado num encontro secreto com Marcos Valério. Ele tinha sido visto pelo deputado Júlio Redecker (PSDB-RS) entrando no carro de Valério.

Duda Mendonça, publicitário responsável pela imagem de Lula na campanha presidencial e que colocou o PT no Palácio do Planalto na eleição de 2002 depõe na CPI dos Correios e, pela primeira vez desde o início da crise política em 14 de maio, envolve o presidente Lula nas denúncias. Diz que Valério pagou dívida de 2002 do PT e que abriu uma conta nas Bahamas orientado por ele para receber os R\$ 10 milhões referentes a dívidas de campanha presidencial. Duda confirmou o esquema de caixa dois e lavagem de dinheiro. A oposição falou em impeachment.

O depoimento de Duda Mendonça na CPI dos Correios conseguiu o que nem o Banco Central nem o Tesouro Nacional foram capazes nos últimos meses (ver gráfico (1.1)). Depois de chegar a menor cotação na primeira semana de agosto, o dólar teve forte alta e chegou a R\$ 2,366, e acabou fechando em R\$ 2,346, com valorização de 2,89%. No mesmo dia o Bc havia anunciado comprar dólares no mercado, para evitar que fosse cotado abaixo de R\$2,30. Mas nem foi preciso concretizar a operação, mesmo sem as compras do BC, as declarações de Duda Mendonça na CPI fizeram o dólar subir com força, e de quebra derrubaram a Bolsa de Valores de São Paulo, que fechou em queda de 1,78%.

Figura (3) Variação do dólar frente ao depoimento de Duda Mendonça na CPI dos Correios:

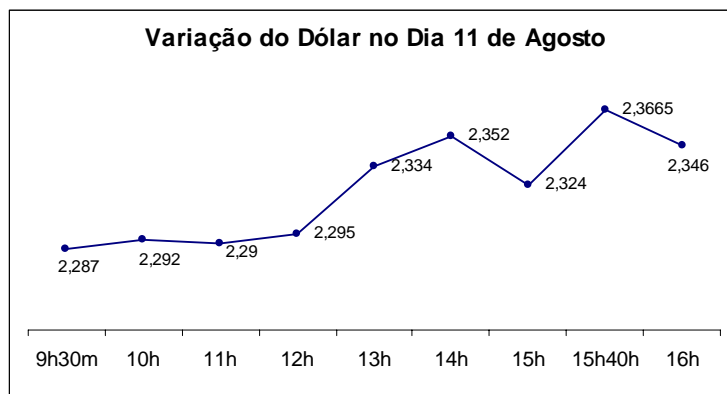


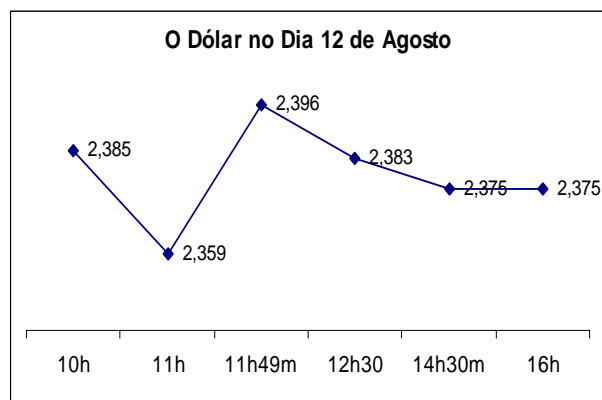
Gráfico (1.1): Variação da Taxa de Câmbio no dia 11 de agosto de 2005. Fonte: Bovespa

Às nove horas e trinta minutos a variação já era de 0,30% positiva, do valor de abertura. Às dez da manhã a tendência continua e o real continua a se desvalorizar frente ao dólar chegando a R\$ 2,292 (+0,52%). A cotação continua numa trajetória praticamente constante até a uma da tarde quando a uma ligeira alta pela expectativa do início do depoimento de Duda Mendonça na CPI dos Correios. O clima fica mais tranqüilo e a cotação segue em torno de R\$ 2,324. Às treze horas e vinte e três minutos Duda diz que sabia que o pagamento era feito por Marcos Valério era proveniente de “caixa dois”. Neste momento o dólar chega a R\$ 2,352 e em vinte minutos chega a máxima do dia de R\$ 2,3665. O mercado a vista fecha o dia com a maior variação percentual desde 31 de maio de 2004.

12 de agosto: Palocci teme perda da confiança externa. Há medo de que a oposição e mesmo petistas dissidentes pressionem por medidas de forte impacto nas contas publicas, o que poderia abalar a confiança internacional na economia brasileira.

Lula vai a TV pela primeira vez falar a população, pede “desculpas” diz se sentir traído e estar chocado com as revelações que tem surgido na imprensa. E falou sobre punição aos petistas envolvidos no escândalo: “Se estivesse a meu alcance já teria identificado os responsáveis”.

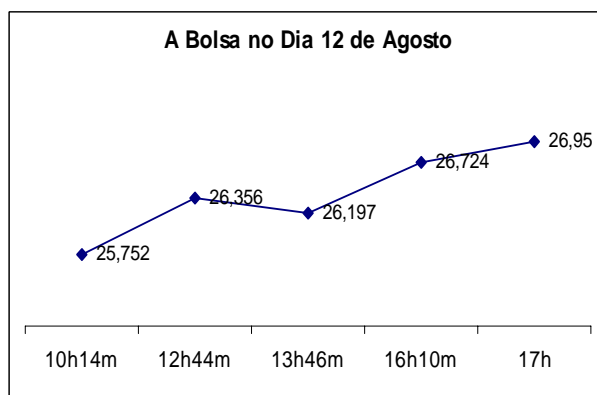
Figura(4): Reação do Mercado no dia seguinte ao depoimento de Duda Mendonça e a expectativa quanto ao pronunciamento de Lula:



Fonte: Bovespa

Sob o efeito do depoimento de Duda Mendonça no dia anterior e em consequência da alta do petróleo, o dólar já registrava forte alta em uma hora de negociação. A moeda apresenta forte volatilidade, agravada pela expectativa em relação ao pronunciamento do presidente Lula. Às duas e meia da tarde, o discurso de Lula tem ligeiro impacto e a alta da moeda cede um pouco. O dólar fecha em alta de 1,24%

Figura(5): Reação na Bolsa pós depoimento do publicitário da campanha de Lula e expectativa do pronunciamento do Presidente.



Fonte: Bovespa

A Bolsa cai significativamente pela manhã por causa da crise política e da alta do petróleo no mercado internacional. Durante o discurso do presidente Lula, a Bolsa reduz a queda. Durante a tarde investidores estrangeiros entram

com força, aproveitam a queda nos preços das ações e o mercado, então reage. A Bolsa fecha em alta de 1,19%.

13 de agosto: As declarações de presidente do PL, Valdemar da Costa Neto, de que o presidente Lula sabia do acordo financeiro do PT com seu partido, publicado numa edição antecipada da revista *Época*, do dia 12 de agosto de 2005, aumentaram a especulação no mercado financeiro de que cada vez mais a crise chega perto do Planalto.

16 de agosto, Toninho da Barcelona diz a CPI que fez remessas para o exterior em nome do PT. O temor dos investidores de novas denúncias no escândalo do mensalão por parte do doleiro e a forte queda das bolsas americanas fizeram o mercado financeiro brasileiro registrar perdas. O dólar fechou a R\$ 2,357, em alta de 1,16% e a Bovespa caiu 1,08% . O risco-Brasil subiu 2,73%, para 403 pontos centesimais.

20 de agosto: Ex-assessor acusa Palocci diz que prefeitura de Ribeirão Preto recebia propina mensal na gestão do petista. Buratti foi secretário de Governo na primeira gestão de Palocci na prefeitura de Ribeirão Preto (SP). As acusações de fraude de licitação beneficiavam o grupo Leão & Leão²⁴ que pagava a prefeitura R\$50 mil por mês que segundo Buratti era repassado para o PT nacional.

Burrati também acusa o PT de ter aceitado dinheiro de bingos do Rio de Janeiro e São Paulo para financiar a campanha eleitoral de Lula. Relatou que as doações eram intermediadas por Waldomiro Diniz, ex-assessor parlamentar da Casa Civil. Revelou que a empresa Gtech teria conseguido um contrato de R\$650 milhões para equipar lotéricas da caixa, por ter doado dinheiro para a campanha de Lula .

A denúncia contra o Ministro da Fazenda, enfraquece ainda mais o presidente no plano político. Independente da veracidade dos fatos, a acusação

²⁴ Empresa responsável pelo sistema de coleta de lixo em Ribeirão Preto durante a gestão de Palocci na prefeitura.

recai sobre um amigo pessoal e principal interlocutor do presidente no momento em que a crise parece ser maior do que até agora foi investigado e já vitimou dois dos principais nomes de confiança de Lula, José Dirceu e Luiz Gushiken. A denúncia afeta a credibilidade e desgasta a imagem do principal ministro do governo.

No mercado financeiro os negócios já começaram tensos devido a expectativa sobre o depoimento de Buratti, que fez um acordo para revelar irregularidades em troca de redução de sua pena. Durante o depoimento o mercado reagiu as denúncias. (gráfico) jornal globo.

As denúncias contra Palocci fizeram o dólar subir 2,94% e Bolsa cair 0,55%. O risco país sobe 3,45% fechando o dia em 419 pontos centesimais, próximo à máxima do dia de 412 pontos. Esta foi a maior variação desde 31 de maio que tinha sido de 3,24%.

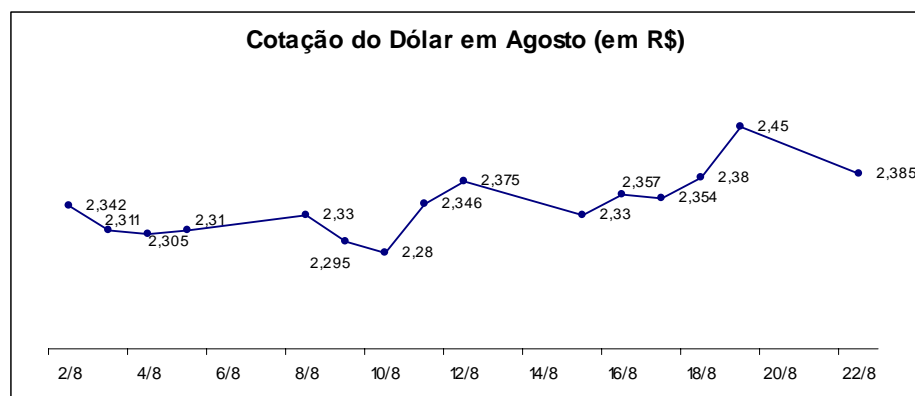
O episódio mostra que o mercado está reagindo instantaneamente a notícias e que a tese de que a economia poderia continuar incólume no meio desta tempestade já se mostra irreal. O excesso de liquidez internacional mascara um pouco os sintomas na economia da crise política e fortalece a idéia de que uma blindagem é possível.

Houve boas notícias. O superávit em transações correntes do mês de julho foi maior do que as previsões, U\$2,5 bilhões. A maior parte do resultado é explicado pela balança comercial, a outra parte pela entrada de investimento direto, que registrou U\$ 2 bilhões; a expectativa é de mais U\$ 1,8 bilhões entrem em agosto.

23 de agosto: O contra-ataque do ministro Palocci foi bem feito e preciso. O mercado mostrou em cotações o alívio sentido após a entrevista arquitetada para acontecer antes da abertura dos pregões.

Com defesa de Palocci dólar cai e Bolsa sobe. Moeda fechou o dia a R\$ 2,385, em queda de 2,65%, a maior desde janeiro de 2003. A Bovespa teve alta de 2,32%.

Figura (6)²⁵:



A crise atingiu também no leilão de títulos públicos do dia 23 de agosto. O Tesouro Nacional não conseguiu vender papéis prefixados com vencimento superior a 2007 e teve que garantir um juro maior aos investidores para vender títulos pós-fixados com resgate em 2008 e 2009. Nos contratos de juros futuros as projeções das taxas subiram. Nos mais negociados, com vencimento em janeiro de 2007, as taxas subiram de 18,175 para 18,32%.

24 de agosto: Investidores voltaram a usar a crise política como razão para embolsar lucros, comprando dólares a uma cotação mais baixa e vendendo ações e títulos em alta. Com isso, o dólar subiu 1,01%, a Bolsa de Valores de São Paulo caiu 1,80% e o risco-país avançou 1.47%.

A maior cautela do mercado ocorreu por boatos de que Rogério Buratti teria desaparecido, porém o que ocorreu de fato foi uma mudança de datas no novo depoimento por motivos médicos. Outro fator que influenciou os mercados foi a convocação do chefe de gabinete de Palocci, Jucelino dourado, para depor na CPI dos Bingos e a expectativa em torno do depoimento, no dia 23 de agosto, do presidente nacional do PI, Valdemar Costa Neto, à CPI do Mensalão.

25 de agosto: Buratti testemunhou novamente na CPI dos Correios, o clima nos negócios foi de tranquilidade. O dólar fechou em queda de 1,68%, cotado a R\$ 2,389 para venda, a mínima do dia. Nos contratos futuros com

²⁵ Notamos com o gráfico que as taxas ficaram melhor distribuídas ao longo do período analisado,

vencimento em janeiro de 2007 (os mais negociados) as taxas projetadas recuaram de 18,27% para 18,04% ao ano.

Foi notícia na revista “The Economist” a suspeita de envolvimento do ministro da Fazenda, Antônio Palocci, com o recolhimento de propina para o PT na sua gestão como prefeito de Ribeirão Preto. Intitulada “O valor de Palocci”, a reportagem disse pela primeira vez desde o início do escândalo de corrupção (do governo do PT) em maio, que os especuladores entraram em pânico, derrubando bônus brasileiro, ações e o real. A revista afirma que a defesa de Palocci contra as acusações foi convincente, e destaca sua atuação para conseguir combinar estabilidade econômica com crescimento moderado no Brasil.

Para a “Economist” Palocci é o mais poderoso político do PT no governo e que sua saída poderia abalar a gestão do presidente Lula.

26 de agosto: Sem novidades na cena política, os investidores usaram a ata do Copom como justificativa para vender dólares e aproveitar o baixo patamar de preços das ações para ir às compras. O texto da ata do Copom dá a entender que o início do ciclo de cortes na taxa básica Selic pode ocorrer já em setembro. Sem novas denúncias contra Palocci.

As duas notícias de maior peso no mercado é que possivelmente, depois de um ano, os juros começaram a cair. A outra notícia é que Rogério Buratti reafirmou tudo o que dissera na promotoria, disse que não foi coagido e acrescentou novos detalhes. O mercado entendeu que não trouxe provas e, portanto, está tudo bem. Podemos acreditar que o mercado tem sido míope desde o começo da crise política, com raríssimas exceções. Basta olhar para as primeiras análises feitas sobre a crise. A maioria dos analistas não achava que a crise tomaria a proporção que tomou. O mercado reagiu muito pouco, uma delas foi quando houve o possível envolvimento do ministro da Fazenda.

A economia e a política se cruzam novamente elevando a incerteza. De um lado, a economia chega no bom momento da queda da taxa de juros, que vai

refletindo a alta de credibilidade do BC frente ao mercado.

incentivar o ritmo de atividade. De outro, a crise na política, com as CPIs aproximou-se do ministro que tem sido a mais importante garantia de estabilidade. Insubstituível ninguém é, mas ele é fundamental num governo anêmico como o do presidente Lula.

27 de agosto: A sensação de alguns empresários é que está todo mundo parado. A atitude é como se o pensamento fosse “vamos esperar para ver o que vai acontecer”.

Ao contrario do que muitos ministros dizem, isso não é resultado de excesso de ortodoxia da equipe da Fazenda, mas de incapacidade administrativa de alguns setores do governo que não conseguem gastar o que está liberado para isso. O governo terá, portanto, que gastar mais nos próximos meses para reduzir o superávit de 6% do PIB²⁶. Isso pode injetar mais ânimo na economia. O problema é que a paralisia se agravou com a crise.

Uma boa noticia, no entanto é revelado por sondagem realizada pela Fundação Getulio Vargas que dizem que apesar da crise política e juros altos o investimento não está sendo prejudicado. Apesar do cenário adverso para os investidores, números de estudos da FGV indicam crescimento real de 18,2% no volume de recursos destinados a ampliar a capacidade produtiva deste ano na indústria em comparação com 2004. As expectativas piores são de curto prazo, o que deixa o setor de matérias de construção como o único com perspectivas negativas. Ver tabela.

31 de agosto: O ministro também destacou o compromisso do governo com a redução da dívida publica. O Congresso aprovou, na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), um mecanismo de superávit anticíclico, pelo qual o governo fará um esforço fiscal menor em momento baixo crescimento econômico. Mas o governo deverá condicionar esse mecanismo à queda da dívida publica. Sendo de extrema importância para um governo que diz ter a responsabilidade fiscal como um dos seus compromissos.

²⁶ Este resultado foi anunciado no mês de julho.

IGP-M tem maior ciclo de deflação de sua história, pelo quarto mês seguido de taxa negativa, índice variou -0,65% em agosto.

21 de Setembro: Severino Cavalcante renuncia após a apresentação de um cheque de Sebastião Buani, no valor de R\$ 7 500, 00, transferido para a conta do então deputado e presidente da Câmara.

20 de outubro: Supremo Tribunal Federal nega o pedido de José Dirceu (PT) para suspender o processo no Conselho de Ética da Câmara, por quebra de decoro.

25 de outubro: Azevedo é levado a renunciar à presidência do PSDB, depois de ter sido envolvido no escândalo do “valerioduto”. O cargo ficará até do dia 18 de novembro com o prefeito de SP, José Serra, quando passará o cargo para Tasso, numa tentativa de demonstrar a união do partido.

26 de Outubro: O deputado José Dirceu (PT-SP) sofre mais uma derrota, desta vez na Comissão de Constituição e Justiça, por 39 votos a 15, do parecer do deputado Daniel Coelho (PP-TO) que interromperia o processo de cassação de seu mandato no Conselho de Ética. Para a oposição foi apenas uma prévia do que irá ocorrer na votação do pedido de cassação de Dirceu prevista para o dia 9 de novembro no plenário.

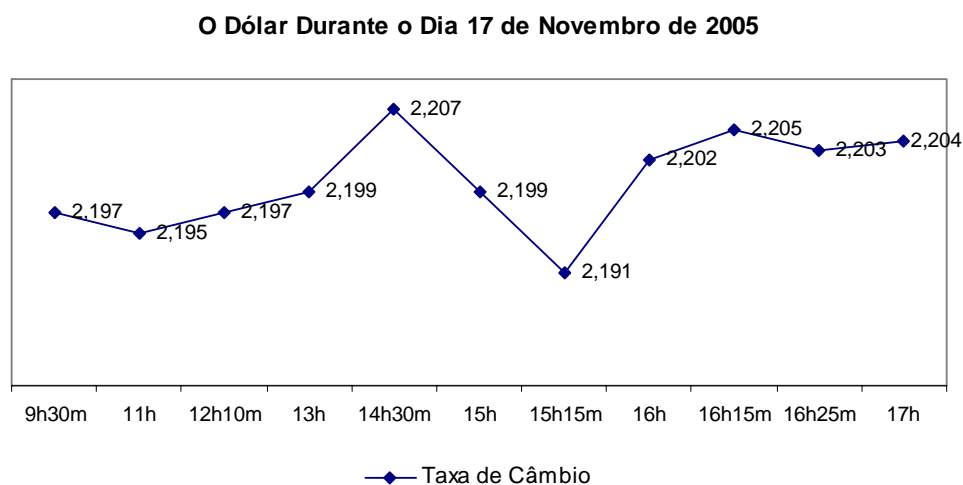
16 de Novembro: A CPI do mensalão foi extinta, não cumpriu seus objetivos e ainda se perdeu em disputas partidárias. Após acabar o prazo dado as investigações do suposto esquema não foi possível prorrogar as investigações. Além de não contar com o apoio de 171 deputados para que o prazo pudesse ser estendido, só conseguiram 15 assinaturas, todas do PFL, a CPI acabou sem ter votado o relatório final e os destino das investigações será o arquivo da Câmara dos Deputados e não poderá sequer ser remetido oficialmente para ao Ministério Público e a Polícia Federal.

Depoimento do Ministro da Fazenda, Antônio Palocci, à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE). O dólar permaneceu durante todo o dia

abaixo da cotação da semana anterior²⁷ e encerrou em queda de 0,27%. O Risco_Brasil ficou estável em 353 pontos centesimais.

Como o PSDB e o PFL adotaram a estratégia de não fazer perguntas sobre as denúncias contra Palocci (entre elas, a de suposta corrupção durante sua gestão na prefeitura de Ribeirão Preto), atendo-se a apenas a assuntos econômicos com o objetivo de forçar a convocação do ministro pela CPI dos Bingos, a avaliação era de que as declarações não trariam novidades e, portanto, não gerariam especulações no mercado. O depoimento começou próximo ao fim das negociações.

Figura (7):



6.3. CPIs

6.3.1. CPI dos Bingos

Criada no Senado em fevereiro de 2004, após as denúncias de negociação de propina entre o ex-assessor da Casa Civil Waldomiro e o bicheiro Carlinhos Cachueira, foi arquivada no mês seguinte: o governo conseguiu evitar que os partidos aliados indicassem representantes, inviabilizando a investigação. Em 22 de junho, O Supremo Tribunal federal determinou que o presidente do Senado

²⁷ R\$ 2,21, fonte Bovespa.

Indicasse os integrantes da CPI. Foi instalada em 29 de junho e investiga braço político da propina.

Objetivo: Investigar a participação do ex-presidente da Associação dos Bingos José Renato Granada, num esquema de pagamento de propina a políticos do Rio e pelo menos um deputado federal citado no escândalo do mensalão. Um inquérito da Polícia Federal que resultou em processo que corre em segredo de Justiça investiga se as mesadas eram pagas para a aprovação de projetos de interesse do setor e para facilitar a manutenção do jogo clandestino.

Documentos: O auto de apreensão da Polícia Federal revela que foram encontrados R\$231617,00 divididos em sete envelopes num imóvel que pertencia a Granada no centro de Nova Iguaçu (RJ). A operação aconteceu três dias depois da divulgação do vídeo em que o então presidente da Loterj, Waldomiro Diniz, aparece cobrando propina do empresário.

Políticos Convocados a depor após as investigações: José Dirceu (PT), Garotinho e Rosinha, Benedita da Silva (PT), Geraldo Magela (PT), Antônio Palocci (PT).

Presidente: Efraim Moraes (PFL-PB)

Relator: Garibaldi Alves (PMDB-RN)

Calendário: Início: 29 de junho de 2005.

Termino: 26 de outubro de 2005

Números: 16 pessoas já prestaram depoimento, 38 foram convocadas a depor.

6.3.2. CPI Correios

As denúncias de corrupção nos Correios começaram com a divulgação, no dia 14 de maio, de uma fita de vídeo em que o então chefe do departamento de Contratação e Administração de Materiais dos Correios, Maurício Marinho, recebia propina de R\$ 3 mil, paga por um interesse num processo de licitação. Vencendo pressão contrária do Planalto, a CPI dos Correios foi criada no dia 25 de maio, mas só foi instalada dia 9 de junho.

Presidente: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)
Relator: Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)
Calendário : Início: 9 de junho de 2005.
Termino: 5 de dezembro de 2005.
Números: 27 depoimentos já foram tomados.

6.3.3. CPI do Mensalão

O ex-deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) denunciou a existência de um esquema de pagamento a deputados da base aliada, denominado de mensalão, em troca de apoio a projetos do governo. Acusou o PP e o PL de receberem mensalão. Além de investigar esse esquema, a CPI deveria também apurar denúncias de compra de votos para aprovar a emenda constitucional que permitiu a reeleição em 1997.

Presidente: Amir Lando (PMDB-RO)
Relator: Ibrahim Abi-Ackel (PP-MG)
Calendário: Início: 20 de junho de 2005.
Termino: 16 de novembro de 2005.

Números: 11 pessoas já prestaram depoimento, 5 pessoas estão convocadas a depor.

6.4. Como a Crise Política Afeta a Economia no Curto e no Longo Prazo.

A economia brasileira tem hoje indicadores muito melhores do que ao enfrentar qualquer uma das crises externas e internas dos últimos anos, mas não está inatingível. No mundo dos capitais voláteis e das intensas ligações financeiras, nenhum país está numa redoma de vidro. Uma economia que precisa de 19.5% de taxa de juros em período de bonança, para financiar uma dívida que é metade do PIB, não é uma economia considerada totalmente saudável. Não é possível blindar a economia, os acertos ajudam a diminuir os efeitos da crise.

A crise reduz chances de projetos serem discutidos no Congresso, isto porque os parlamentares se concentram em CPIs, e a agenda mínima do governo, que garantiria investimento para o país, não avança.

Na agenda estão, por exemplo, o projeto de lei que defina as funções das agências reguladoras, a segunda fase da reforma tributária e o novo marco regulatório do saneamento básico. O problema é que quase todas as propostas são polêmicas e precisam ser debatidas no Congresso, o que é pouco provável num momento em que os parlamentares estão concentrados na crise política e nas comissões parlamentares de inquérito (CPIs).

A crise política afeta a confiança do consumidor. Pela pesquisa realizada pela FGV e publicada no jornal O Globo de 30 de junho de 2005, 37,3% acham que a economia do país piorou. O agravamento das denúncias é um dos fatores que explica a deterioração da confiança. As preocupações estão aumentando e se disseminam. O que tem deixado o espaço para oscilações no mercado a cada nova denúncia e cada novo depoimento nas CPIs e de que a crise possa ser maior. O mercado financeiro talvez seja a parte mais visível da economia.

Alguns pontos fortalecem a visão do investidor que a crise pouco pode afetar a economia. Podemos ressaltar: o país acumulou reservas, pré-pagou dívidas com o FMI e trocou parte dos títulos velhos da época do calote externo dos anos 80, a inflação caiu bastante, a continuidade do caminho traçado pelo Governo de Fernando Henrique Cardoso. Lula provavelmente já teria sido arrastado pelo atual cenário de crise em Brasília se seu governo não estivesse se comprometido com a estabilidade monetária.

Não podemos, no entanto dizer que é possível atravessar uma crise política sem que isso se esbarre nem que minimamente na economia. A queda do dólar permite o aumento do investimento no país.

Ainda se considera mínima a possibilidade de impeachment, mas caso o haja e Alencar assumira a Presidência não são esperadas mudanças radicais na política econômica. Visto que José Alencar é um industrial bem sucedido, que conhece muito bem o mercado.

Os resultados positivos têm sido a base de sustentação do governo. O cenário político não é suficiente para contaminar as expectativas em relação à economia no longo prazo.

6.5. Papel do Banco Central

6.5.1. Na Política Econômica

O BC alertou que as projeções do mercado para o fim do ano ainda estão acima da meta de 5,1%, mas admitiu que o quadro melhorou muito após o mês de julho. A ata lembrou que o BC, no regime de metas, olha para frente, para a trajetória futura de inflação. Registrou que a previsão da inflação em 12 meses de março, julho e setembro estão abaixo da meta. Isso pode ser sinal de que os juros já podem cair em setembro.

Mas o mais forte indício de que as taxas devem cair é que, em vez de falar aquela frase de sempre, que os juros serão mantidos “por um tempo suficientemente longo”²⁸, a ata registrou que o Banco Central vai “acompanhar atentamente a evolução do cenário prospectivo para a inflação até a sua próxima reunião para então definir os próximos passos na estratégia de política monetária implementada desde setembro de 2004”.

6.5.2. Nas CPIs

O BC tem papel importante nas CPIs, será responsável por investigar e dar informações detalhadas sobre origem e destino de depósitos em conta de pessoas físicas e empresas nos bancos Basa, Bradesco e HSBC. Pediu, também, levantamentos específicos ao Ministério da fazenda, BC e CVM sobre os seguintes fundos de pensão, nas operações com títulos pós-fixados (remunerados com base na variação do IGPM e no IPCA); Previ, Petros, Funcef, Relat Grandeza, Serpros, Portus, Eletros, Sistel, Centrus, Geap e PosTalis.

²⁸ Ata do Comitê de Política Monetária de Outubro de 2005.

Bancos: Rural, BMG e Banco do Brasil, serão investigados pelo BC, sendo a lista de acordos feitos para empréstimos em consignação fundamental para a CPI.

Algumas corretoras privadas que fizeram negócios suspeitos com o Instituto de Resseguros do Brail (IRB) e fundos de pensão estatais: Assurê, Turfa, quantia, CQRI, Float, Arbo, Sofic e Bônus-Banval seguem a listas das instituições a sofrer auditoria.

O Fundo de Amparo ao Trabalhador, Fundo Nacional de Segurança e educação do Trânsito, também serão investigados. E nos ministérios: Casa Civil da Presidência da Republica, Ministério da Cultura, Ministério da Justiça, Ministério do esporte, Ministério do Trabalho.

O Tribunal de Contas da União (TCU) vai fazer fiscalização emergencial no: Banco da Amazônia, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banco Popular e BNDES. E nas Estatais: BR distribuidoras, Braspetro, Caixa Econômica Federal, Casa da Moeda do Brasil, Elelrobras, Eletronorte, Eleltronuclear, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Furnas, Infraero, Instituto de Resseguros do Brasil, Petrobrás e Transpetro.

Empresas relacionadas a investigação em curso na CPI: Globalprev, Acqua Vitti e Acqua Safe, Telemar, Gamecorp, G4 Entreterimento e Tec Digital, Espaço Digital, Holding B-4, Produtora M7 Matisse Comunicações, Express Factoring, Promodal, Positivo Informática, Novadata Sistema de computadores, Usiminas, Telemig Celulares, Amazônia Celular e Fiat.

6.6. O Mundo e Momento Político Nacional

Previsões do FMI no Worl Economic Outlook, diz que o mundo irá crescer este ano cerca de 4,3%, os emergentes 6.3% e a previsão para o Brasil e de 3 a 3,5%. O que nos mostra que poderíamos estar crescendo mais, aproveitando o excesso de liquidez. O risco-país da maioria dos países emergentes caiu nos últimos tempos, mas o nosso caiu menos. Hoje o Brasil tem

um risco em torno de 411 acima da média dos emergentes, a hora era de aproveitar para acelerar o passo e estamos perdendo tempo e chances.

A China vem dominado o mundo, sentimos nas exportações, no ritmo da economia direta ou indiretamente, todos os países sentem o efeito do crescimento chinês, dos baixos salários, e do dinamismo do que o país espalhou ao redor do planeta. O superaquecimento sustentado da economia chinesa elevou os preços das commodities. O Brasil como grande exportador de commodities, ganha neste setor, através da elevação do valor das suas vendas externas.

No dia 30 de agosto de 2005, Preço do petróleo fecha em alta de 1,6%, depois de ter subido 7%. Depois de quebrar recorde histórico da Bolsa Mercantil de Nova York do dia 29 de agosto, quando o preço do barril foi negociado a US\$70,80 (valorização de 7%), o preço do petróleo do tipo leve americano terminou o dia com alta de 1,6%, a US\$ 67,20. O humor do mercado acompanhou o avanço do furacão Katrina rumo à costa dos EUA.

A inflação americana subiu 1,2%, no mês de setembro, a maior alta em 25 anos. A alta foi provocada pelos custos de energia, depois da passagem dos furacões Katrina e Rita que fizeram o preço do petróleo saltarem.

Os furacões também afetaram a produção industrial e minaram a confiança dos consumidores. Os títulos do Tesouro americano subiram inicialmente diante da estabilidade do núcleo da inflação. Mas recuaram depois que ficou claro que mesmo assim, o Federal Reserve (FED), continuará elevando as taxas de juros.

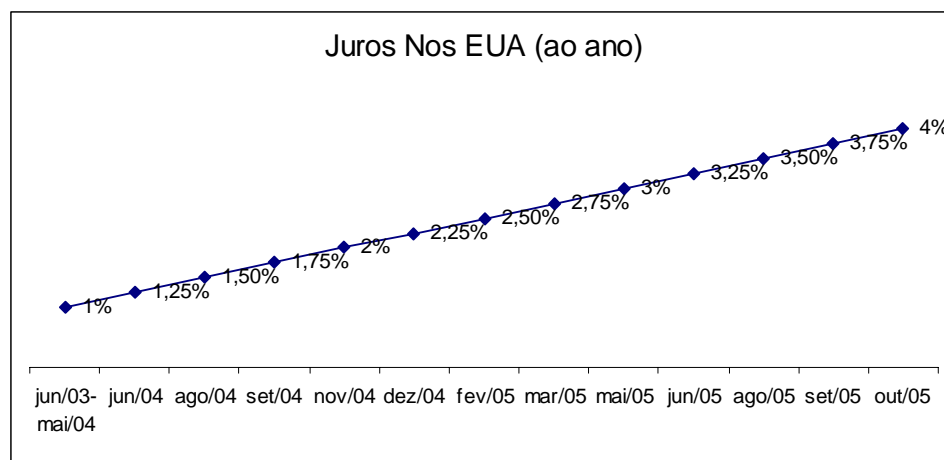
No dia 14 de outubro, nos Estados Unidos, já havia a expectativa de juros mais altos impulsionou a taxa paga por títulos do tesouro americano. Nos papeis com vencimento de dez anos, referencia de mercado, subiram de 0,42% para 4,46% ao ano.

Os juros mais altos reduzem a atratividade dos papéis de países emergentes como o Brasil. Esta ação levou a bolsa, o dólar e títulos da dívida externa a reagirem a esta expectativa de aumento da taxa de juros americana.

No dia 1º novembro essa expectativa se fez real. O FED elevou mais uma vez sua taxa básica de juros. Refletindo a preocupação com as pressões inflacionárias.

Os mercados emergentes mostram a fragilidade dos expressivos ganhos acumulados nos últimos meses. A Bovespa teve um dos seus piores dias e fechou com perdas de 3,10%. O risco-Brasil, por sua vez, subiu 5,21%. Ao elevar mais as taxas de juros o FED, não agradou aos investidores internacionais. O resultado foi a venda maciça de ativos (ações e títulos da dívida) de emergentes.

Figura (8): Expansão da Taxa de Juros Americana



6.7. Pontos Fortes da Economia Minimizam os Efeitos da Crise.

A volatilidade macroeconômica global e a previsibilidade, nas ações de política monetária, tem contribuído decisivamente para a manutenção do ambiente de baixa aversão a risco tem prevalecido nos últimos anos.

Indo ao lado oposto ao quadro político em crise, a economia interna tem sido fonte de boas notícias. A balança comercial aponta para um saldo anualizado acima de US\$ 40 bilhões, o superávit primário nos últimos doze meses é superior a 6% do PIB, as reservas internacionais liquidas se aproximam rapidamente da patamar de US\$ 50 bilhões, e a inflação continua dando sinais consistentes de convergência para as metas. A atuação do BC no mercado de câmbio, que tem como objetivo central a recomposição das reservas internacionais, deve apenas continuar suavizando a tendência de valorização do Real.

Com exportação de US\$ 9,90 bilhões e importação de US\$ 6,22 bilhões, o saldo ficou abaixo do número excepcional de setembro, mas foi o maior já obtido pela balança comercial em meses de outubro.

O IGP-M reverteu a tendência de deflação e subiu 0,60% em outubro. A dívida líquida do setor público recuou ligeiramente em setembro, para 51,4% do PIB.

Manter-se uma visão otimista para os mercados locais, dada a nossa avaliação benigna sobre as condições externas e os fundamentos macroeconômicos.

7. Conclusão

A Câmara vive sua pior crise de credibilidade em 20 anos, incluindo aí o período do escândalo dos anões do Orçamento. Mesmo assim não demonstrou até agora ter noção dos riscos institucionais que corre. Como não há democracia sem Congresso, o que a Câmara tem posto em risco não é apenas o mandato de cada um. É preciso resgatar a imagem da Câmara.

O Brasil não é o único país do mundo a descobrir uma vasta rede de corrupção. A diferença é que aqui se pune menos. Há uma preocupação

crescente no tema. Instituições multilaterais estão montando redes de vigilância. Estudos de casas ajudam a construir táticas de investigação.

O grande nó a ser desfeito na economia brasileira é essa incapacidade de sustentar o crescimento. Se o país mantiver o ritmo durante esse ano de crise e o ano que vem de eleição, terá dado um bom sinal de maturidade da economia.

O mais perigoso seria a falta de crescimento na economia o que criaria uma insatisfação pública. Lula fez a campanha com promessas de justiça social para o povo. Uma das grandes derrotas do PT neste cenário é perder a oportunidade de governar com ética, criando uma desmoralização para o partido que já tem sua imagem relacionada a corrupção.

Lula e seus articuladores tentam construir um discurso de recuperação junto à opinião pública. As linhas gerais dessa estratégia são: desqualificar as investigações das CPIs, levar os nomes da oposição que estiveram envolvidos a público, invalidar a prorrogação das CPIs pois acredita-se que a crise política se encerrará com o fim das CPIs, Lula tem incentivado sua “tropa” a ir para as ruas e falar a população, lembrando do fracasso das investigações e exaltando as conquistas do partido.

A estratégia do governo pode não ser a melhor visto que, apesar da CPI do Mensalão ter sido encerrada a dos Correios e Bingo continuam, alguns políticos do partido dos trabalhadores tem preferido estar na sombra e não terem suas imagens ligadas ao presidente, visto as pesquisas de popularidade que mostram o descontentamento da população ao governo.

A última pesquisa realizada pelo IBOPE para saber como a população está reagindo a crise política a opinião pública acha que os três maiores culpados são pela ordem, o PT, os deputados, e o presidente Lula. Quando se pergunta qual é o primeiro responsável pela crise, Lula é o segundo mais votado, logo após o PT.

O governo acha que seu próprio desgaste não atingiria a figura do presidente. Não existe possibilidade de separar Lula de seu governo. Na avaliação, caíram ambos o governo e o presidente.

O mais surpreendente deste resultado é que quando a inflação cai, aumenta a renda e há queda na taxa de desemprego o presidente automaticamente aumenta sua popularidade. Além disso, o crédito livre cresceu 22% no último mês em relação ao mesmo período do ano passado, e a maior parte é por empréstimos tomados pela pessoa física. Contudo os meses de exposição negativa (desde maio) com os escândalos políticos e a crônica incapacidade do governo em reagir estão erodindo a popularidade do presidente, apesar do cenário econômico favorável.

7.1. Paralelo: Governo Collor e Governo Lula

É notório que existem muitas diferenças entre os dois governos, principalmente por se tratarem de momentos políticos e econômicos completamente diferentes no contexto histórico do país. Porém podemos traçar alguns paralelos. Isto porque a crise política envolvendo a presidência e aqueles ligados diretamente a ela, em corrupção, talvez seja o ponto que relaciona o governo Lula ao Governo Collor. A crise atual já é dita como uma das piores dos últimos vinte anos, ou seja pior que a enfrentada durante o governo Collor.

Collor foi intitulado como um aventureiro que desembarcou em Brasília com um “grupo de amigos” oportunistas, um partido inventado e um programa econômico que tendia ao fracasso. Já o Presidente Lula levou vinte e cinco anos construindo um partido que o levasse até o Planalto. Quando Collor afundou parecia estar se confirmando o que muitos previam. A agonia do governo Lula surpreende. Quando Collor estava condenado, um grupo de ministros, suficientemente distantes do presidente por não terem partilhado de sua história política, formaram um núcleo de governabilidade. Nele estavam Marcílio Marques Moreira, Célio Borja e Celso Lafer. Hoje não se sabe ao certo quem poderia formar esta base. O ministro Antônio Palocci que vinha desempenhando

o papel da figura que manteria a credibilidade , já não se mantém distante dos escândalos e será investigado pela CPI dos Correios. Mas mesmo que provado que não esteja envolvido em corrupção Palocci está envolvido com o núcleo do poder; sempre esteve com sua imagem ligada ao PT. No colapso de Collor, partes fundamentais do sistema político, partidos como o PT, PSDB e PMDB, estavam preservados por terem estado, com maiores ou menores convicção na oposição ao governo Collor. No governo Lula, não vemos uma oposição tão fortalecida.

Collor tinha destruído a confiança do estado muito antes das denúncias de corrupção, a crise girava muito em torno da figura do presidente. No caso de Lula, até agora as denúncias que houveram não comprovam a sua ligação com o esquema em investigação na CPI dos Bingos ou na CPI dos Correios.

O caso do Lula é consequência da estrutura do Congresso, a Constituição de 88 deu a flexibilidade para os deputados mudarem de partido e isso fez a estrutura do Congresso frouxa. A disciplina dos partidos é fraca e o governo precisava negociar muito para fortalecer sua base de apoio. Os assessores de Lula jogaram com esta abertura e para solucionar este problema compraram o “apoio” que precisavam.

Em pontos semelhantes devemos lembrar que ambos os governos quando chegaram ao poder tinham enorme apelo popular Collor com 71% de apoio publico e Lula com 80% , no caso do Collor, que começou a perder popularidade pelas medidas econômicas do Plano Collor I viu sua credibilidade ir ladeira a abaixo conforme os escândalos ligados ao seu governo iam aparecendo nos meios de comunicação por meio de denúncias. O governo Lula sofre a mesma perda conforme a crise política se instalou desde 12 de maio de 2005.

7.2. Considerações Finais

O país vai se acostumando com a sujeira, vai se cansando e perdendo a fé nas instituições. O risco não será apenas em que ponto estará o risco-Brasil no ano que vem, mas em que nível estará a descrença nacional.

O ano que vem será pior do que 2005, que poderia ter sido bem melhor do que foi. Haverá momentos de tensão, o dólar provavelmente ficará mais pressionado e haverá dias de incerteza. A antecipação do clima eleitoral já está provocando uma deterioração das investigações nas CPIs do Congresso. Isto é bom para o país, já que atrapalha as conclusões das comissões e não avança em questões que dependem do Congresso.

Dois riscos se fazem deste cenário político: Primeiro: de que o país se acostume com os absurdos e passe a achá-los naturais. Se isso acontecer o Brasil vai consolidar a impressão de que a política é “sistematicamente” assim. Segundo risco: o de que a disputa eleitoral ser uma inútil troca de acusações entre os partidos, sem qualquer proposta relevante para a superação das dificuldades reais.

O primeiro risco vai se materializar se os crimes ficarem sem punição. Semanalmente aparecem novas denúncias graves e fortes indícios de irregularidades.

Resta saber o que vai pesar mais com o desdobramento da crise: a força da balança comercial e a liquidez internacional ou a deterioração do cenário político.

8. Anexo

Tabelas

Tabela 8.1²⁹

**Período Collor Exportações (US\$
Milhões)**

1990 01	2280	1992 11	3277
1990 02	1974	1992 12	3419
1990 03	2232	1993 01	2813
1990 04	2558	1993 02	2890
1990 05	3232	1993 03	3509
1990 06	2510	1993 04	3028
1990 07	3082	1993 05	2884
1990 08	3062	1993 06	3238
1990 09	2592	1993 07	3423
1990 10	2333	1993 08	3503
1990 11	2665	1993 09	3446
1990 12	2894	1993 10	3240
1991 01	2929	1993 11	3171
1991 02	2270	1993 12	3410
1991 03	2612	1994 01	2747
1991 04	3024	1994 02	2778
1991 05	2911	1994 03	3351
1991 06	2811	1994 04	3635
1991 07	2561	1994 05	3862
1991 08	2805	1994 06	3728
1991 09	2070	1994 07	3738
1991 10	2655	1994 08	4282
1991 11	2458	1994 09	4162
1991 12	2514	1994 10	3842
1992 01	2569		
1992 02	2389		
1992 03	2887		
1992 04	2681		
1992 05	2916		
1992 06	2954		
1992 07	3441		
1992 08	3024		
1992 09	3016		
1992 10	3220		

²⁹ Fonte FOB. Cedido pelo site do IPEA Data. <http://www.ipeadata.gov.br> .

Tabela 8.2³⁰**Governo Lula
Exportações (US\$
Milhões)**

2003 01	4805
2003 02	5001
2003 03	5239
2003 04	5711
2003 05	6372
2003 06	5874
2003 07	6105
2003 08	6403
2003 09	7280
2003 10	7566
2003 11	5980
2003 12	6748
2004 01	5800
2004 02	5722
2004 03	7927
2004 04	6590
2004 05	7941
2004 06	9328
2004 07	8992
2004 08	9056
2004 09	8923
2004 10	8844
2004 11	8159
2004 12	9194
2005 01	7444
2005 02	7756
2005 03	9251
2005 04	9202
2005 05	9818
2005 06	10206
2005 07	11061
2005 08	11346
2005 09	10634
2005 10	9904

³⁰ Fonte FOB. Cedido pelo site do IPEA Data. <http://www.ipeadata.gov.br> .

Tabela 8.3³¹

**Inflação (IGP-M -
Mensal - (%
a.m.))**

1989 11	40,48
1989 12	47,13
1990 01	61,46
1990 02	81,29
1990 03	83,95
1990 04	28,35
1990 05	5,93
1990 06	9,94
1990 07	12,01
1990 08	13,62
1990 09	12,8
1990 10	12,97
1990 11	16,86
1990 12	18
1991 01	17,7
1991 02	21,02
1991 03	9,19
1991 04	7,81
1991 05	7,48
1991 06	8,48
1991 07	13,22
1991 08	15,25
1991 09	14,93
1991 10	22,63
1991 11	25,62
1991 12	23,63
1992 01	23,56
1992 02	27,86
1992 03	21,39
1992 04	19,94
1992 05	20,43
1992 06	23,61
1992 07	21,84
1992 08	24,63
1992 09	25,27
1992 10	26,76
1992 11	23,43
1992 12	25,08
1993 01	25,83

³¹ Fonte: FGV/Conj. Econômica

Tabela 8.4³²

**Taxa de câmbio
(R\$/US\$)
comercial/compra**

2002 01	2,4175
2002 02	2,3474
2002 03	2,3228
2002 04	2,3617
2002 05	2,5212
2002 06	2,8436
2002 07	3,4277
2002 08	3,0215
2002 09	3,8941
2002 10	3,6442
2002 11	3,6357
2002 12	3,5325
2003 01	3,525
2003 02	3,5624
2003 03	3,3523
2003 04	2,889
2003 05	2,9648
2003 06	2,8712
2003 07	2,9647
2003 08	2,9657
2003 09	2,9226
2003 10	2,8554
2003 11	2,9486
2003 12	2,8884
2004 01	2,9401
2004 02	2,913
2004 03	2,9078
2004 04	2,9439
2004 05	3,1283
2004 06	3,1067
2004 07	3,026
2004 08	2,933
2004 09	2,8578
2004 10	2,8557
2004 11	2,7299
2004 12	2,6536
2005 01	2,624
2005 02	2,5942
2005 03	2,6654
2005 04	2,5305
2005 05	2,403
2005 06	2,3496
2005 07	2,3897

³² Fonte: site do IPEA-data, acessado em Outubro de 2005.

9. Bibliografia

9.1 Livros:

- a) Dionísio D Carneiro, “50 anos de Brasil”, FGV, Rio, 1994.
- b) Antonio C. De Moraes, “Planejamento do Brasil II”, Editora Perspectiva, 1999
- c) Clovis de Faro (ed), “Plano Collor – Avaliação e Perspectivas, LTC Editora, Rio”, 1990.
- d) Fabio Giambiagi e Ana Claudia Além, “Finanças Públicas, Teoria e Prática no Brasil”, Editora Campus, 1999.
- e) Instituto de Economia do setor Público, “Gestão Estatal no Brasil-Limites do Liberalismo 1990-1992”, Fundap, 1995
- f) Depoimento ao CPDOC-Fundação Getulio Vargas, Marcílio Marques Moreira, “Diplomacia, Política e Finanças, De JK a Collor: 40 anos de história por um de seus protagonistas”, Editora Objetiva, 2001.
- g) Retrospectiva ANDIMA, 1991 e 1992.
- h) Rosenn, Keith S. e Downes, Richard (organizadores), “Corrupção e a reforma política no Brasil: o impacto político no impeachment de Collor”. Rio de Janeiro. Ed. FGV.

9.2 Jornais e Revistas:

Foram usadas matérias de jornais e revistas vinculadas no período do governo Collor e do Governo Lula. O Globo, Jornal do Brasil, Revista Veja, Jornal Valor Econômico, Jornal Folha de São Paulo, New York Times, entre outros.

9.3 Relatórios do Banco Central – Outubro de 2005

9.4 Boletins Diários da Bolsa de Valores de São Paulo- Novembro de 2005.